



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Defesa Civil
Superintendência Administrativa
Diretoria Geral de Administração e Finanças

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024

Processo Eletrônico SEI-270006/003470/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARDIOVERSOR / DESFIBRILADOR DE TRANSPORTE E ELETRODOS, na forma estabelecida neste edital e seus anexos.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 11.603.149,79 (onze milhões, seiscentos e três mil, cento e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 12/02/2025 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO

MODO DE DIPUTA: ABERTO

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024

Torna-se público que o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, pela Secretaria de Estado de Defesa Civil, com sede na Praça da República nº. 45 - Centro – RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos do processo nº **SEI-270006/003470/2024** da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 48.843, de 13 de dezembro de 2023, e dos demais normativos estaduais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico redelog.rj.gov.br/redelog/legislação-licitacoes/, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para a **Aquisição de Cardioversor/Desfibrilador de transporte e Eletrodos, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1 No que tange às especificações do objeto, em caso de discordância entre as informações constantes do presente edital e do Termo de Referência (itens 1 e 3) - Anexo I prevalecerão as últimas. Sob qualquer outro aspecto, prevalecerá o Edital.

1.2 A licitação será realizada em lote único, formado por 3(três) itens, conforme tabela abaixo, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

LOTE	ITEM	ID SIGA	ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO
ÚNICO	01	185572	CARDIOVERSOR/DESFIBRILADOR (Função Monitor multiparamétrico, (ECG, frequência cardíaca e respiratória, SPO2, PNI, temperatura e capnografia) e Marcapasso	UNIDADE	131	RS86.039,5725
	02	183213	ELETRODO ADESIVO, TIPO: DESCARTAVEL, ADULTO	PAR	598	RS369,4385
	03	183214	ELETRODO ADESIVO, TIPO: DESCARTAVEL, INFANTIL	PAR	227	RS489,1700
VALOR TOTAL DO LOTE						RS11.603.149,79

1.2.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

1.2.2 Importante salientar que os eletrodos (item 2 e item 3) deverão ser compatíveis com o Cardioversor/desfibrilador (item 1). Dessa forma, a empresa deverá fornecer itens compatíveis entre si para garantir o bom funcionamento do aparelho. A aquisição de acessórios incompatíveis com o equipamento inviabiliza a utilização do mesmo, transformando-o em inoperante, o que irá comprometer o serviço prestado pelas Diretorias demandantes.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O órgão/entidade gerenciador(a) e o(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s), ora em diante, serão denominados gerenciador e participantes, respectivamente.

2.1.1 Os participantes são os órgãos e entidades da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional listados no **Anexo IX -C**.

2.1.2 Aplicam-se ao gerenciador e aos participantes, quando houver, as regras estabelecidas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e nos demais Anexos a este Edital, que devem ser observadas, também, no que se refere às quantidades, prazos e locais de entrega e demais obrigações.

2.2 A Ata de Registro de Preços (**Anexo IX**) poderá ser aderida por quaisquer órgãos ou entidades do Estado que não tenham participado do certame licitatório, ora denominados não-participantes.

2.2.1 Podem também ser considerados não-participantes os órgãos ou entidades municipais, distritais, de outros Estados e federais, resguardadas as disposições de cada ente, desde que atendidas as condições do presente Edital e da Ata de Registro de Preços

2.3 São as seguintes as quantidades estimadas para a contratação, conforme descrição no Termo de Referência:

2.3.1 previsão de contratação pelo gerenciador e pelos participantes, **conforme ANEXO IX - A**.

2.3.2 previsão de contratação pelos não-participantes: **na forma estabelecida pelo Art. 33 §§ 2º e 3º do Decreto nº 48.843, de 13 de dezembro de 2023**.

2.3.2.1 As contratações adicionais pelos não-participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes, quando houver.

2.3.2.2 O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata para o gerenciador e para os participantes, quando houver, independentemente do número de órgãos ou entidades não-participantes que aderirem.

2.4 É vedada a participação do órgão ou da entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital da licitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA (www.compras.rj.gov.br).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF e no SIGA até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2 O procedimento será divulgado no sítio eletrônico mencionado no item 3.1 e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados neste item 2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 No presente processo licitatório não há participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6 Será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e no Decreto n.º 42.063, de 2009, para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI.

3.6.1 A obtenção dos benefícios a que se referem os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.7 Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.3 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela relacionados;

3.7.4 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8 agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;

3.7.9 não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme parágrafo 1º do art 9º da lei nº 14.133, de 2021;

3.7.10 sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8 O impedimento de que trata o item 3.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.3 e 3.7.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9.2 O disposto nos itens 3.7.3 e 3.7.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei 14.133/2021.

3.11 A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.12 É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativa no item 15.14 do Termo de Referência.

4. DAS DECLARAÇÕES E DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação será realizada após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema e no **Anexo VI**, que:
- 4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art 1º e no inciso III do art 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 4.3.5 cumpre as exigências de elaboração independente de proposta previstas no Decreto nº 43.150, de 24 de agosto de 2011;
- 4.3.6 caso o objeto seja uma prestação de serviços, que cumpre a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei estadual nº 7.382, de 14 de junho de 2016;
- 4.3.7 que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar cujos efeitos ainda vigorem e sejam aplicáveis no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
- 4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts 42 a 49, observado o disposto nos parágrafos 1º ao 3º do art 4º, da Lei nº 14.133, de 2021 (**Anexo VI**).
- 4.5.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6 A falsidade das declarações de que tratam os itens 4.3 a 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e das declarações pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9 Após a fase de envio de lances, serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas.
- 4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, conforme disposto no item 6.9, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1 O licitante deverá enviar sua proposta (**Anexo III**) mediante o preenchimento, no sistema eletrônico (**www.compras.rj.gov.br**).
- 5.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência (item 1);
- 5.1.3 **Quantidade cotada, que não poderá ser inferior ao quantitativo máximo de cada item que poderá ser adquirido.**
- 5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1 **O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**
- 5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7 **Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que: a) sejam optantes deste tipo de regime tributário, observados os pressupostos do art. 16 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006; e b) não se enquadrem nas vedações previstas no art. 17 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.**
- 5.8 O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.
- 5.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias** corridos, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado, por igual período, salvo se houver justificativa para prazo diverso aceita pela Administração.

5.11 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no **Anexo V** deste Edital referente ao orçamento estimado (art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021).

5.11.1 Os licitantes devem respeitar os preços unitários máximos estabelecidos no **Anexo V** deste Edital para os itens que compõem o lote, se for o caso.

5.12 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

EVENTOS	DIA	MÊS	ANO	HORÁRIO
Início acolhimento das propostas	30	01	2025	09h
Limite acolhimento das propostas	12	02	2025	08h59min
Data de abertura das propostas	12	02	2025	09h
Data da realização do Pregão	12	02	2025	09h30min
Processo nº	SEI-270006/003470/2024			
Tipo	MENOR PREÇO POR LOTE			
Prazo para impugnação	03 (três) dias úteis			
Data da publicação				
Local/Endereço Eletrônico	www.compras.rj.gov.br			
Número da licitação no portal	PE-33/24			

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor **TOTAL DO LOTE** conforme justificativa no item 2 do Termo de Referências.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,001%**.

6.9 Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11 O envio de lances no pregão eletrônico se dará pelo modo de disputa “aberto”, devendo os licitantes apresentar lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, e caso o sistema eletrônico de contratações utilizado possua essa funcionalidade, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.4.1 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, quando houver, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação das microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 42.063, de 2009. (ME EPP).

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

6.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei;

6.19.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2 empresas brasileiras;

6.19.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro tentará negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1 A negociação ocorrerá sempre que a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou do orçamento estimado para a contratação, ou inferior ao desconto definido para a contratação, e poderá ser dispensada, nos demais casos, mediante justificativa da provável inefetividade da negociação

6.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, de ofício ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União:

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça:

(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União:

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

e) Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União; e

f) módulo Registro de Ocorrências do SIGA.

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.7 e 4.5 deste edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 32 a 38 do Decreto nº 48.778, de 30 de outubro de 2023.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 contiver vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento por todos os participantes.

7.9 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme art. 37 do Decreto nº 48.778/2023.

7.9.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14 O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar **amostra FÍSICA**, conforme disciplinado no **(item 8)** do Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14.1.1 O roteiro de avaliação de amostras consta no Anexo IV deste edital, referente ao doc SEI nº 88988638 (art. 17, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

7.14.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada. Caso a amostra não seja retirada pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias, presumir-se-á seu desinteresse em relação à retirada da amostra, que poderá ser descartada ou incorporada ao patrimônio do contratante.

7.14.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.14.5 As amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração até a entrega de todo o quantitativo cotado pelo fornecedor.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação que trata o **Anexo IV** referente aos requisitos de habilitação deste Edital apenas ao licitante vencedor, **no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública.**

8.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será verificada pelo Pregoeiro por meio do registro cadastral no SICAF, quanto aos documentos por este abrangidos.

8.2.1 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.2.2 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, exceto se o Pregoeiro, em consulta aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.2.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de inabilitação.

8.2.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.3 Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.4 O Pregoeiro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

8.4.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5 Na hipótese de o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.6 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado

8.7 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após declarada sua habilitação.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8.1 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.9 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 42.063/2009.

8.10 No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, cujo valor estimado da contratação não supere o limite do disposto na alínea "c" do inciso IV do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, somente será exigida:

a) das pessoas jurídicas, a comprovação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal estadual, à Seguridade Social e ao FGTS e a regularidade perante a Justiça do Trabalho; e

b) das pessoas físicas, a comprovação da regularidade fiscal com a Fazenda Estadual.

8.11 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.11.1 O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação

8.11.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.12 e 8.12.1 Item suprimido da Minuta Padrão da PGE por se tratar de participação de consórcio, vedada conforme justificativa no item 15.14 do Termo de Referência.

8.13 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Homologado o resultado do processo licitatório, o(s) licitante(s) melhor classificado(s), deverá(ão) ser convocado(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

9.1.1 O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que:

a) a solicitação seja justificada pelo licitante melhor classificado e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.2 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a descrição do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e os demais requisitos estabelecidos no art. 19 do Decreto nº 48.843/2023.

9.2.1 Quando a quantidade ofertada pelo primeiro colocado não for suficiente para suprir a demanda estimada, ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou grupo de itens.

9.3 O registro de preços e as atas dele decorrentes deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no Portal de Compras do Estado do Rio de Janeiro.

9.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

9.5 É facultado à Administração, quando o(s) fornecedor(es) convocado(s) não assinar(em) a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, de modo a integrar a Ata na qualidade de fornecedor.

9.6 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

9.6.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, mediante termo aditivo, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos, observados os requisitos estabelecidos no art. 20 do Decreto nº 48.843/2023 e na referida Ata.

9.7 Na forma dos arts. 27 e 28 do Decreto nº 48.843/2023, os preços registrados poderão ser revistos e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

9.7.1 Os preços registrados poderão, ainda, ser reajustados ou repactuados, observando-se as regras estabelecidas no item 17 deste Edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.7.2 As condições para alteração ou atualização dos preços registrados se encontram previstas na Ata de Registro de Preços.

9.8 O registro do fornecedor será cancelado, na forma do art. 31 do Decreto nº 48.843/2023 e da Ata de Registro de Preços, quando:

- a) forem descumpridas as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- b) não assinar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, observado os §§ 4º e 5º do referido dispositivo.

9.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, na forma do art. 32 do Decreto nº 48.843/2023 e da Ata de Registro de Preços, desde que devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- c) a pedido do fornecedor, decorrente de fato superveniente, de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata.

9.10 Compete ao gerenciador aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado neste Edital e na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

9.11 Compete aos participantes e aos não-participantes aplicar, quando admitidos, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 Após a fase recursal, os licitantes serão convocados para reduzir seus preços ao valor da proposta do proponente melhor classificado, ocasião na qual será oportunizada a formação de eventual Cadastro de Reserva.

10.1.1 A apresentação de novas propostas na forma do *caput* deste item não prejudicará o resultado do certame, inclusive quanto à ordem de classificação das propostas.

10.2 Homologada a licitação, deverão ser registrados na Ata de Registro de Preços, para fins de formação de Cadastro de Reserva:

- 10.2.1 os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do proponente vencedor do certame, observada a ordem de classificação; e
- 10.2.2 os proponentes que mantiverem sua proposta original.

10.3 A ordem de classificação dos registrados na Ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo ao gerenciador realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

10.4 A habilitação dos proponentes que irão compor o Cadastro de Reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos proponentes remanescentes.

10.5 O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso do item 9.5, bem como de cancelamento do registro do proponente ou dos preços, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 28 e nos arts. 29 e 31 do Decreto nº 48.843/2023 e na Ata de Registro de Preços.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo **protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis (até às 23h59 do dia 06/02/2025) antes da data da abertura do certame.**

11.1.1 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.1.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail funcional **licita.sedec@gmail.com**, mediante confirmação de recebimento.

11.1.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.1.4 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela autoridade competente conforme art. 33 do Decreto nº 48.650, de 23 de agosto de 2023, nos autos do processo de licitação.

11.1.5 Modificado substancialmente o edital como resultado da resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.2 Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 15 minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2.1 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico de contratações ou, em sua indisponibilidade, para o e-mail funcional **licita.sedec@gmail.com**, mediante confirmação de recebimento, contados:

- a) a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a partir da ata de julgamento, nas licitações com inversão de fases.

11.2.2 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.2.3 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.2.4 Caberá ao Pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis, receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade superior quando mantiver sua decisão, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.2.5 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.2.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo licitante ou contratado, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

12.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

12.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

12.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4 deixar de apresentar amostra; ou

12.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

12.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

12.1.9 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.10.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

12.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

12.1.12 praticar ato lesivo previsto no art 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 O licitante ou contratado que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1 Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 12.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2 Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 12.1.1 a 12.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 12.1.1, incidente sobre o **valor anual do Contrato**;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.2 a 12.1.7, incidente sobre o **valor anual do Contrato**;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, incidente sobre o **valor anual do Contrato**.

12.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 12.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

12.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 12.13.

12.2.2.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3 Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 12.1.2 a 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o contratado, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.3.1 Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2% (dois por cento).

12.3.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 12.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

12.3.3 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Contrato.

12.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de **(10%)** do valor do Contrato.

12.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

12.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

12.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

12.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista no item 12.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário de Estado; ou

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

12.7 A aplicação de quaisquer das penalidades administrativas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou contratado, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 5.427/2009.

12.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do licitante ou contratado, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

12.7.2 A defesa prévia do licitante ou contratado será exercida no prazo de:

a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.1 e 12.2.2, contado da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 12.2.3 e 12.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

12.8 A aplicação das sanções previstas no edital e no contrato não exclui, em hipótese alguma:

a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 9.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

12.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional, nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10.2.1 Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.

12.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no edital e/ou no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Estado.

12.11.1 O licitante ou contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

12.12 O contratante deverá remeter para o Órgão Central de Logística (SUBLOG) o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

12.12.2 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

12.13 Caso não seja efetuado o pagamento da multa aplicada ou o valor seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor total ou do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

12.13.1 A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Estado para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

12.13.2 O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem os arts. 4º e 5º da Lei nº 5.351, de 15 de dezembro de 2008, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria da Dívida Ativa deverá ser consultada.

13. DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ORIUNDOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Compete ao gerenciador, aos participantes, quando houver, e aos eventuais não-participantes promover as ações necessárias para as suas próprias contratações com o fornecedor registrado, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

13.2 A Administração convocará o fornecedor registrado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 48.843/2023 e neste Edital.

13.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.4 Na hipótese de o fornecedor registrado não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.5 A recusa injustificada do fornecedor registrado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão ou entidade licitante.

13.6 As consequências de que trata o item anterior não serão aplicadas ao integrante do Cadastro de Reserva que, quando convocado, se recusar a compor a Ata de Registro de Preços.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA GARANTIA

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme item 15.16 do Termo de Referência.

14.2 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, conforme justificativa no item 12.4 do Termo de Referência.

15. DO PAGAMENTO

15.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente do Banco BRADESCO, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

15.1.1 O pagamento será realizado à vista, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, após a apresentação da fatura/nota fiscal, devidamente atestada pela administração e consequente entrega e conferência dos itens.

15.2 No caso de o contratado estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro ou, caso verificada pelo contratante a impossibilidade de o contratado, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo contratado.

15.3 A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no art. 140, II, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021 e arts. 20 e 22, XXIII, do Decreto nº 48.817/2023.

15.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar ao contratado para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

15.4 O contratado deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento à **Diretoria Geral de Administração e Finanças**, situada na Praça da República, nº 45 - Centro, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro ou para o endereço eletrônico: **daf.cpeo@gmail.com**.

15.5 Uma vez recebidos os documentos mencionados no item 15.4, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
- b) se o contratado foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação; e
- c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

15.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.5.3 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos atos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o contratado não regularize sua situação, ressalvado o disposto no art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, no art. 29 do Decreto nº 48.817/2023 e no Termo de Referência.

15.6 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

15.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

15.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.7.2 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

15.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao contratado, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo **IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial)**, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, **mantida indicação da minuta padrão da PGE-RJ em não havendo indicação de índice pelo órgão técnico.**

15.9 O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

15.10 Caso o contratado não esteja aplicando o regime de cotas na forma da Lei estadual nº 7.258, de 12 de abril de 2016, deste Edital e do Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do Contrato.

15.11 Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo contratado, ficando vedada a emissão de empenho do contratante diretamente aos subcontratados, ressalvada, nos casos de prestação de serviços, a hipótese dos arts. 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

15.11.1 A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo contratado.

16. PRAZO CONTRATUAL

16.1 O prazo de vigência do Contrato é de **12 (doze)** meses, contado da data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

16.2 Nos casos de serviços e fornecimentos contínuos, o prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as condições previstas no Contrato, e mediante a celebração de termo aditivo.

16.3 Nos contratos por escopo, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento e no Contrato.

17. REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

17.1 Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

17.2 O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

17.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

17.4 Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade. **(conforme enunciado nº 14 da PGE).**

17.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

17.5.1 Fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

17.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

17.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo

aditivo.

17.8 O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

17.8.1 Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

- a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;
- b) a partir da data do requerimento do contratado, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.

17.9 Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do contratado, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

17.10 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

17.11 O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

17.12 O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 14.133/2021.

18. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

18.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Edital, na forma do Decreto nº 48.817, de 2023.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização de certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

19.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br.

19.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.11.1	ANEXO I - Termo de Referência
19.11.2	ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar
19.11.3	ANEXO III - Modelo de apresentação da proposta
19.11.4	ANEXO IV - A - Documentação exigida para Habilitação e B - Roteiro de avaliação de amostras
19.11.5	ANEXO V - Orçamento estimado
19.11.6	ANEXO VI - Cumprimento de exigências legais
19.11.7	ANEXO VII - Informações necessárias à Contratação
19.11.8	ANEXO VIII - Ficha de Declaração para Crédito em Conta
19.11.9	ANEXO IX - Ata de Registro de Preços
19.11.10	ANEXO IX - A – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços
19.11.10	ANEXO IX - B – Cadastro de Reserva
19.11.10	ANEXO IX - C – Relação de órgãos/entidades participantes
19.11.10	ANEXO IX - D - Locais de Entrega dos Bens
19.11.11	ANEXO X - Minuta Contratual

Rio de Janeiro, de de 2024.

ORDENADOR DE DESPESAS

Elaborado por :
CLAUCIA CONCEIÇÃO COSTA
Setor de Licitações da SEDEC/ CBMERJ
Id Funcional: Id Funcional: 615575-8



Documento assinado eletronicamente por Edna Maria de Queiroz, Diretor(a)-Geral, em 29/01/2025, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_externo=6, informando o código verificador **91837551** e o código CRC **73B60B6**.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Defesa Civil
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Socorro de Emergência

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE CARDIOVERSORES/DEA DE TRANSPORTE E ELETRODOS

1 - DO OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por objetivo a aquisição de **aquisição de Cardioversor/desfibrilador de transporte**, nas condições, quantidades, características e prazo abaixo definidos, a fim de atender às necessidades da 6ª seção (BM/6) do Estado Maior Geral, Diretoria Geral de Socorro de Emergência (DGSE) e Diretoria Geral de Saúde (DGS).

2- DA JUSTIFICATIVA:

Este documento foi criado com base no Estudo Técnico Preliminar constante deste processo, devidamente elaborado pelo órgão técnico através da designação de uma comissão, obedecendo ao Decreto Nº 48.816 de 24 de Novembro de 2023.

A Diretoria Geral de Socorro de Emergência (DGSE) dentre outras atribuições, é a responsável pelo Atendimento Pré-Hospitalar (APH) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) que é operacionalizado pelos GBM/DBM, cabendo a esta Diretoria a aquisição de suprimentos para atender às demandas dos Auto Socorro de Emergência (ASE), que são em torno de: 103 ambulâncias, 3 aeronaves, 9 Auto Motos, 2 lanchas e 2 Centros de Recuperação de Afogados (CRA).

Este processo destina-se também ao atendimento das unidades subordinadas à Diretoria Geral de Saúde (DGS) que atualmente atendem cerca de 80.000 (oitenta mil) usuários do Fundo de Saúde do CBMERJ, correspondendo aos militares ativos e inativos e seus dependentes, através das seguintes unidades: Hospital Central Aristarcho Pessoa (HCAP); Policlínicas (1ª Policlínica – Campinho, 2ª Policlínica – Nova Iguaçu, 3ª Policlínica – Niterói, 4ª Policlínica – Campos dos Goytacazes) e **Postos Médicos que passaram a pertencer à sua estrutura a partir da publicação do Decreto Nº 48.699 de 19 de setembro de 2023 (80081597)**. Dentre as unidades citadas, destaca-se o HCAP por apresentar uma variedade maior de serviços aos usuários, como atendimento médico-assistencial geral e especializado, atendimento de urgência e emergência cujo Serviço de Pronto-atendimento (SPA) atende no momento aproximadamente 3.000 (três mil) atendimentos por mês, além da realização de exames laboratoriais e de imagens.

A demanda está alinhada à necessidade de aquisição de um único equipamento de transporte que possua a função de cardioversor, desfibrilador e ao mesmo tempo consiga monitorar diversas funções vitais do paciente em atendimento de suporte básico, intermediário e avançado nas ambulâncias, bem como nas unidades de atendimento intra-hospitalar do CBMERJ conforme requisitos descritos no **Documento de Formalização da Demanda (69850644)**.

As doenças cardiovasculares são as principais causas de óbito no Brasil e representam quase um terço dos óbitos totais e 65% do total de mortes na faixa etária de 30 a 69 anos de idade, atingindo a população adulta em plena fase produtiva. É possível acompanhar o número de mortes por doenças cardiovasculares no país através do "cardiômetro", um indicador criado pela Sociedade Brasileira de Cardiologia. No Estado do Rio de Janeiro no ano de 2020 o número de óbitos registrados decorrentes de alguma doença cardiovascular foi de 45.210 sendo a taxa de mortalidade, de 266,8 por 100 mil habitantes.

Existem no mercado diversos equipamentos disponíveis para tratar e reverter as irregularidades da pulsação cardíaca chamada fibrilação (batimentos sem ritmo), entre eles o cardioversor e o desfibrilador que realizam descargas intensas com objetivo de despolarizar as fibras do miocárdio. O desfibrilador externo automático (DEA) é um equipamento que aplica uma corrente elétrica no músculo cardíaco de forma contínua para regularizar o ritmo do coração após a descarga, muito utilizado em situações de emergência, tais como as paradas cardíacas.

O cardioversor é um equipamento para uso exclusivo do profissional médico socorrista, destinado a reverter parada cardiorrespiratória através da detecção automática de ritmos chocáveis (fibrilação ventricular e taquicardia ventricular). Além de diagnosticar as arritmias cardíacas, também é capaz de tratá-las através da desfibrilação, uma aplicação de corrente elétrica que para a arritmia, fazendo com que o coração retome o ciclo cardíaco normal. Este equipamento tem ainda a capacidade de realizar monitoração cardíaca durante o atendimento de vítimas em estado crítico e possui a função de marcapasso.

O desfibrilador efetua a leitura automática do ritmo cardíaco através de pás adesivas no tórax, ou seja, através dos eletrodos que também são objetos deste estudo. Os eletrodos, também denominados "pás de DEA" ou "pás adesivas" **deverão ser compatíveis com o equipamento a ser adquirido** e são de suma importância para o funcionamento do desfibrilador. O tempo de carregamento do deverá ser inferior a 10 segundos e carga elétrica deverá atender no mínimo de 5J a 200J. Além das pás descartáveis, o equipamento deverá fornecer pás rígidas, nos tamanhos adulto e infantil. A aquisição deste equipamento cardioversor/DEA bem como seus eletrodos permitirá suprir as viaturas avançadas de APH, visando renovar e manter a regularidade do APH oferecido à população do Rio de Janeiro, evitando dessa forma o prejuízo à assistência.

Além das funções citadas acima, o equipamento deverá ter adicionalmente as funções de **marca-passo transcutâneo** (atendendo os modos de demanda ou assíncrono, com corrente de 0 a 140mA e abrangendo a faixa de 40 a 160bpm), capacidade de **monitorização de sinais vitais** (frequência respiratória, frequência cardíaca, eletrocardiograma de 12 derivações, temperatura periférica e central, pressão não-invasiva, oximetria e capnografia com faixa de 0 a 100mmHg). Tais informações deverão ser visíveis em uma tela de LED ou LCD de no mínimo 5,5". A interface do equipamento deverá ser **em língua portuguesa**, assim como o *feedback* das manobras de ressuscitação cardiopulmonar. O traçado do ECG deverá ser apresentado em 2 velocidades: 25mm/s e 50mm/s.

Quanto aos aspectos físicos, o equipamento deverá **ter no máximo 7,5Kg com a bateria inclusa**, ter alça de transporte, isolamento elétrico e proteção IP44 no mínimo. Deverá ter alarme sonoro e visual, sendo o sonoro com gradação de volume, e ambos com parametrização de limites de segurança. Deverá ser bívolt e funcionar também em bateria de lítio, sendo essa garantindo no mínimo 40 descargas na carga máxima ou minutos de monitorização contínua. Deverá suportar as trepidações usuais do uso em ambulância. Além disso, o equipamento deve possuir registro na ANVISA, atender às determinações e especificações do INMETRO 384/2020 e da ABNT. Deve suportar choque e impacto com certificação reconhecida. Deve suportar temperaturas de 0° a 50° e altitude de até 2.791 metros.

Devido ao uso do equipamento ser destinado às viaturas de resgate do CBMERJ, é necessário que se apresente certificado de vibração para uso em ambulâncias e certificação de vibração para oximetria. Deverá possuir impressora térmica acoplada. Para se atender a resolução CREMERJ nº 345/2023 que institui o Núcleo

de Segurança dos serviços pré-hospitalar móvel, deverá armazenar ao menos os últimos 10 atendimentos realizados, com data e hora, além de checagens e testes operacionais. Essas informações deverão ser acessadas via USB e/ou Wifi/Bluetooth. O equipamento deve funcionar tanto na bateria quanto a energia elétrica, sendo necessário ser bivolt e com comutação automática.

É necessário que a assistência técnica autorizada pelo fornecedor seja no Estado do Rio de Janeiro, e que a mesma esteja de acordo com a RDC 16 de 2013 da ANVISA.

Vale lembrar que a utilização deste material nos atendimentos de socorro baseia-se no Procedimento Operacional Padrão (POP) do CBMERJ publicado em página pública do CBMERJ, dentre outros protocolos internacionais de referência - tais como o *American Heart Association (AHA) Guidelines Update for Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care* - utilizados para nortear o conjunto de rotinas no Atendimento pré-hospitalar e Inter hospitalar.

A ausência deste equipamento poderá ocasionar os seguintes prejuízos: no curto prazo, os atendimentos seriam prejudicados visto que a qualidade na prestação de serviço seria diretamente impactada e, no longo prazo, as atividades seriam descontinuadas, levando à inoperância do serviço.

Em respeito ao disposto na lei nº 14.133/2021 e considerando a natureza do objeto supracitado e as características do mercado, sugere-se que a contratação seja realizada através de Licitação, na modalidade **Pregão eletrônico**, do tipo **Menor Preço por Lote**, por meio de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**.

Foi verificado que objeto do Termo de Referência está inserido no Plano de Contratações Anual (PCA), de acordo com a Fundamentação legal: Decreto Estadual nº 48.760 de 23 de Outubro de 2023 e Decreto Estadual nº 48.816 de 24 de Novembro de 2023.

3 - ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL:

3.1 Especificação do Objeto

A tabela a seguir contém as descrições, o ID e CATMAT e unidade de fornecimento constantes em ambos Catálogos:

Item	Descrição Item	Descrição SIGA	ID SIGA	Descrição CATMAT	Nº CATMAT	Unidade
1	Cardioversor/Desfibrilador (Função Monitor multiparamétrico (ECG, frequência cardíaca e respiratória, SPO2, PNI, temperatura e capnografia) e Marcapasso.	DEFIBRILADOR/CARDIOVERSOR,MONITOR: MULTIPARAMETRO (ECG, FREQUENCIA CARDIACA E RESPIRATORIA, SpO2, PNI, TEMPERATURA E CAPNOGRAFIA), COM TRANSMISSAO DE DADOS WI-FI E/OU BLUETOOTH, IMPRESSAO TERMICA E FEEDBACK DO RCP, CARGA: AJUSTAVEL 5~200 J, TENSAO: BIFASICO, TIPO BATERIA: RECARREGAVEL, REMOVIVEL E BIVOLT, LIMITACAO ENERGIA PAS: 1 ~200 J, TIPO: MARCAPASSO TRANSCUTANEO E CARDIOVERSOR / DEFIBRILADOR DE TRANSPORTE, MODELO: MANUAL E SEMI-AUTOMATICO, QUANTIDADE PA: PAS RIGIDAS EXTERNAS ADULTO E PEDIATRICO, VISOR: DISPLAY LCD, MONITOR:ECG 12 DERIVACOES, FC, OXIMETRIA, FR, PNI, ETCO2, TAMANHO VISOR: 5,5 ATE 8,5 POLEGADAS, ENERGIA DESCARGA: 5 ~ 200 J, TEMPO CARREGAMENTO: ATÉ 10 SEGUNDOS NA CARGA MAXIMA, DESCARGA: AUTOMATICA, TAXA ESTIMULACAO: 30~170 BPM, CARDIOVERSAO SINCRONIZADA E NAO SINCRONIZADA, CORRENTE SAIDA: ESTIMULO DE 0-140 MA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	185572	Equipamento Cardioversor Externo Sincronismo: C/ Monitor De Ecg E Desfibrilador Externo Parâmetros Mínimos: Mp Externo E Spo2 Recursos Adicionais Mínimos: Pni, EtcO2, Temperatura, Fr, Auxilio Rcp Tipo Gabinete: Tela C/ Visor Gráfico E Pás Externas Características Técnicas: Onda Bifásica, Comando Nas Pás, Alarmes E Memória Impressora: Com Impressora Integrada Alimentação: Bivolt Automático, Bateria Recarregável	616831	UN
2	Eletrodo adesivo, tamanho: adulto	ELETRODO, TIPO: DESCARTAVEL, FIXACAO: AUTOADESIVA, MODELO: MULTIFUNCAO, CABO: INTERLIGADOS, TAMANHO: ADULTO, COMPATIVEL: CARDIOVERSOR/DEFIBRILADOR, FORMA FORNECIMENTO: PAR	183213	Pá Para Desfibrilador Tipo Equipamento: Externo Automático - Dea Modelo: Tipo Eletrodo, Adesiva Tamanho: Adulto Apresentação*: Par Compatibilidade: C/ Compatibilidade Específica Esterilidade: Descartável	453771	PAR
3	Eletrodo adesivo, tamanho: infantil	ELETRODO, TIPO: DESCARTAVEL, FIXACAO: AUTOADESIVA, MODELO: MULTIFUNCAO, CABO: INTERLIGADOS, TAMANHO: INFANTIL, COMPATIVEL: CARDIOVERSOR/DEFIBRILADOR, FORMA FORNECIMENTO: PAR	183214	Pá Para Desfibrilador Tipo Equipamento: Externo Automático - Dea Modelo: Tipo Eletrodo, Adesiva Tamanho: Infantil Apresentação*: Par Compatibilidade: C/ Compatibilidade Específica Esterilidade: Descartável	453772	PAR

4 - QUANTIDADE:

4.1 DGSE

O quantitativo solicitado foi fundamentado considerando o quantitativo de ASEs e unidades que deverão ser contempladas com os cardioversores, a saber: 28 ambulâncias avançadas e intermediárias, 2 Centros de Recuperação de Afogados (CRA) e 2 unidades de afogados (Botafogo e Piscinão de Ramos), obtem-se a necessidade de adquirir **60 aparelhos Cardioversor/DEA**. Além disso, a necessidade de 2 pares de eletrodos descartáveis de cada tamanho (adulto e infantil), visto que se trata de um item a ser consumido, e portanto, necessário ter um estoque para garantir o pleno funcionamento do equipamento. Sendo assim, totalizando em **120 pares de eletrodo descartável adulto e 120 pares de eletrodo descartável infantil**.

4.2 DGS

A demanda da DGS está justificada na CI 101 (54984161) e no Ofício 3676 (78545909). Nesses documentos a Diretoria solicita 18 cardioversores/DEA, 18 eletrodos tamanho adulto e 14 eletrodos tamanho infantil para serem distribuídos em setores internos do Hospital Central Aristarcho Pessoa. No entanto, após a publicação do Decreto 48.699, os postos médicos passaram a pertencer à DGS, e a demanda (54736765 e 57192989) que outrora havia sido solicitada pela BM6 (antiga unidade de subordinação dos psotos médicos) passou a fazer parte da Diretoria Geral de Saúde, portanto, foram acrescentadas 25 unidades de cada item deste processo. Por isso, a DGS solicita um total de **43 pares de eletrodo descartável adulto e 39 pares de eletrodo descartável infantil**.

4.4.SEPM

O quantitativo foi solicitado pelo setor técnico, com objetivo de substituir os equipamentos obsoletos e desgastados em função do uso, bem como equipar a novas ambulâncias e os setores que necessitam deste equipamento. A memória de cálculo e a justificativa detalhada, a fim de suprir às necessidades das unidades de saúde da SEPM - HPM-NIT, PPM-CASC, PPM-S.J.Meriti, PPM-Olaria, PPM-Campos, CRFPM, GESAR e GAM encontra-se documentado em 79672251. A SEPM solicitou no total de **28 unidades de Cardioversores/DEA, 435 pares de eletrodo descartável tamanho adulto e 68 pares de eletrodos descartáveis tamanho infantil**.

Segue abaixo a planilha do **quantitativo total das unidades requisitantes**:

LOTE ÚNICO

Item	Descrição Item	Descrição SIGA	ID SIGA	Descrição CATMAT	Nº CATMAT	Unidade	Qtd DGSE	Qtd DGS	Qtd SEPM	Qtd Total
1	Cardioversor/Desfibrilador (Função Monitor multiparamétrico (ECG, frequência cardíaca e respiratória, SPO2, PNI, temperatura e capnografia) e Marcapasso.	DESFIBRILADOR/CARDIOVERSOR, MONITOR: MULTIPARAMETRO (ECG, FREQUENCIA CARDIACA E RESPIRATORIA, SpO2, PNI, TEMPERATURA E CAPNOGRAFIA), COM TRANSMISSAO DE DADOS WI-FI E/OU BLUETOOTH, IMPRESSAO TERMICA E FEEDBACK DO RCP, CARGA: AJUSTAVEL 5~200 J, TENSAO: BIFASICO, TIPO BATERIA: RECARREGAVEL, REMOVIVEL E BIVOLT, LIMITACAO ENERGIA PAS: 1 ~200 J, TIPO: MARCAPASSO TRANSCUTANEO E CARDIOVERSOR / DESFIBRILADOR DE TRANSPORTE, MODELO: MANUAL E SEMI-AUTOMATICO, QUANTIDADE PA: PAS RIGIDAS EXTERNAS ADULTO E PEDIATRICO, VISOR: DISPLAY LCD, MONITOR: ECG 12 DERIVACOES, FC, OXIMETRIA, FR, PNI, ETCO2, TAMANHO VISOR: 5,5 ATE 8,5 POLEGADAS, ENERGIA DESCARGA: 5 ~ 200 J, TEMPO CARREGAMENTO: ATÉ 10 SEGUNDOS NA CARGA MAXIMA, DESCARGA: AUTOMATICA, TAXA ESTIMULACAO: 30-170 BPM, CARDIOVERSAO SINCRONIZADA E NAO SINCRONIZADA, CORRENTE SAIDA: ESTIMULO DE 0~140 MA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	185572	Equipamento Cardioversor Externo Sincronismo: C/ Monitor De Ecg E Desfibrilador Externo Parâmetros Mínimos: Mp Externo E Spo2 Recursos Adicionais Mínimos: Pni, EtcO2, Temperatura, Fr, Auxílio Rcp Tipo Gabinete: Tela C/ Visor Gráfico E Pás Externas Características Técnicas: Onda Bifásica, Comando Nas Pás, Alarmes E Memória Impressora: Com Impressora Integrada Alimentação: Bivolt Automático, Bateria Recarregável Pá Para Desfibrilador Tipo Equipamento: Externo Automático - Dea Modelo: Tipo Eletrodo, Adesiva Tamanho: Adulto Apresentação*: Par Compatibilidade: C/ Compatibilidade Específica Esterilidade: Descartável Pá Para Desfibrilador Tipo Equipamento: Externo Automático - Dea Modelo: Tipo Eletrodo, Adesiva Tamanho: Infantil Apresentação*: Par Compatibilidade: C/ Compatibilidade Específica Esterilidade: Descartável	616831	UN	60	43	28	131
2	Eletrodo adesivo, tamanho: adulto	ELETRODO, TIPO: DESCARTAVEL, FIXACAO: AUTOADESIVA, MODELO: MULTIFUNCAO, CABO: INTERLIGADOS, TAMANHO: ADULTO, COMPATIVEL: CARDIOVERSOR/DEFIBRILADOR, FORMA FORNECIMENTO: PAR	183213	Modelo: Tipo Eletrodo, Adesiva Tamanho: Adulto Apresentação*: Par Compatibilidade: C/ Compatibilidade Específica Esterilidade: Descartável Pá Para Desfibrilador Tipo Equipamento: Externo Automático - Dea Modelo: Tipo Eletrodo, Adesiva Tamanho: Adulto Apresentação*: Par Compatibilidade: C/ Compatibilidade Específica Esterilidade: Descartável	453771	PAR	120	43	435	598
3	Eletrodo adesivo, tamanho: infantil	ELETRODO, TIPO: DESCARTAVEL, FIXACAO: AUTOADESIVA, MODELO: MULTIFUNCAO, CABO: INTERLIGADOS, TAMANHO: INFANTIL, COMPATIVEL: CARDIOVERSOR/DEFIBRILADOR, FORMA FORNECIMENTO: PAR	183214	Modelo: Tipo Eletrodo, Adesiva Tamanho: Infantil Apresentação*: Par Compatibilidade: C/ Compatibilidade Específica Esterilidade: Descartável	453772	PAR	120	39	68	227

Importante salientar que os **eletrodos (item 2 e item 3)** deverão ser compatíveis com o **Cardioversor/desfibrilador (item 1)** e, portanto, a aquisição deverá ser realizada através de lote único composto por 3 itens. Dessa forma, a empresa deverá fornecer itens compatíveis entre si para garantir o bom funcionamento do aparelho. A aquisição de acessórios incompatíveis com o equipamento inviabiliza a utilização do mesmo, transformando-o em inoperante, o que irá comprometer o serviço prestado pelas Diretorias demandantes.

5 - FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DE ENTREGA:

- 5.1- A entrega do objeto deverá ser processada conforme demanda;
- 5.2- A Licitante vencedora garantirá a qualidade do produto proposto, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou má aparência, imediatamente após a notificação, sem ônus adicional ao contratante;
- 5.3- Quando da entrega, o produto deverá atender as descrições técnicas, estar em perfeitas condições e as embalagens não danificadas e adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte;
- 5.4- O produto ofertado deverá atender as descrições técnicas e possuir prazo de validade mínimo de 75% do declarado pelo fabricante a partir da data de entrega;
- 5.5- A entrega deverá ser realizada pela empresa nos seguintes endereços:
 - 5.5.1 - **DGSE:** no **Almoxarifado Médico e Farmácia da DGSE** situado à Av. Bartolomeu de Gusmão, 850 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, 20941-160, preferencialmente de segunda à quinta-feira, de 8 às 15h, em data e horário agendados previamente através dos telefones (21) 2334-2225, (21) 98596-9010.
 - 5.5.2 - **DGS:** no **Almoxarifado Geral da Diretoria Geral de Saúde** sito à Av. Bartolomeu de Gusmão, Nº 850 - São Cristóvão, RJ. No período compreendido entre 8:00 e 17:00 horas de 2ª a 6ª feira, exceto nos feriados nacionais, da cidade e Estado do Rio de Janeiro. A entrega deverá ser agendada com a chefia deste setor, pelo telefone (21) 2334-2009.
 - 5.5.3 - **SEPM:** no **Centro de Abastecimento de Insumos de Saúde (CABIS)** situado à Rua Bela nº 637/649, Bairro São Cristóvão, Rio de Janeiro, mediante agendamento prévio através do e-mail: cabissepm@gmail.com, obedecendo ao horário compreendido entre 09h00min às 15h00min horas.
- 5.6- A entrega deverá ser realizada no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** após o recebimento da Nota de Empenho pela empresa vencedora do certame, no endereço supracitado, sendo a quantidade mínima de 25% do item solicitado;

6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 6.1- A aquisição do material dar-se-á conforme estabelecido neste Termo de Referência, assim como na forma das deliberações técnicas específicas emanadas pela Diretoria Geral de Socorro de Emergência (DGSE) do CBMERJ.
- 6.2- Quando da entrega, os produtos deverão estar em perfeitas condições, e as embalagens não danificadas, no prazo indicado e local determinado no item 5.
- 6.3- O produto entregue no respectivo almoxarifado deverá apresentar, no mínimo, 75% do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 6.4- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.5- **Prazo de Garantia mínima: 12 Meses para equipamentos e 3 meses para acessórios;**
- 6.6- Assistência técnica durante o período de garantia: testes operacionais, configuração, ajustes e adequações que coloquem os equipamentos em pleno funcionamento, além da realização, quando requisitado, da Calibração.
- 6.7- Havendo a necessidade de manutenção do aparelho, durante o período de garantia, a Licitante Vencedora deixará outro aparelho semelhante em substituição.

7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 7.1-Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados como fiscal de contrato, de acordo com as condições estabelecidas nesse T.R..
- 7.2-Verificar minuciosamente, no prazo máximo de 15 dias úteis, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do T.R. e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 7.3-Depois da aprovação do recebimento definitivo do objeto, a fiscalização deste órgão contratante deverá atestar a nota fiscal para que possa dar andamento ao processo de pagamento da Contratada.
- 7.4-Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- 7.4-A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8 - AMOSTRAS:

- 8.1-A empresa melhor colocada no certame deverá enviar **amostra física**, durante o processo, para avaliação do atendimento às exigências contidas na especificação detalhada neste Termo de Referência, **obedecendo aos critérios de avaliação de amostra** para análise técnica do equipamento pelo oficial designado pela Diretoria Geral de Socorro de Emergência, como representante para o referido processo em até **5 (cinco) dias úteis** após notificação, para avaliação do atendimento às exigências contidas na especificação do material;
- 8.2-Caso a amostra da melhor proposta seja reprovada, será convocada para apresentação de amostra a autora da segunda melhor proposta e, assim, sucessivamente.
- 8.3-As amostras aprovadas e recusadas permanecerão em poder desta Corporação até a entrega definitiva do objeto licitado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e o material efetivamente entregue.
- 8.4- **Justificativa para exigência da amostra:** permite concluir se o produto funciona de forma esperada e proporciona o resultado adequado.
- 8.5-**Critério de validação das amostras:** Na avaliação da amostra será verificado se o produto corresponde à exigência do TR e atende as expectativas de funcionamento e utilização, conforme as **especificações detalhadas:**

CRITÉRIO DE VALIDAÇÃO DAS AMOSTRAS

Item 1 - Cardioversor/Desfibrilador

- Deve ser leve e portátil: largura máxima de 34 cm, profundidade máxima de 24 cm, altura máxima de 35 cm e peso máximo de 7,5 Kg;
 - Possuir alça de transporte;
 - Arquivar pelo menos, os últimos 10 (dez) eventos com data e hora;
- Aparelho eletrônico para monitorização cardíaca e realização de desfibrilação, cardioversão sincronizada e marca-passo externo não invasivo de pacientes adultos e pediátricos;
 - Bifásico, com carga ajustável que abranja no mínimo a faixa de 5 a 200 J, com indicação visual da carga selecionada.
- Portátil, em corpo único. Adequado ao uso em ambulâncias, com certificado que comprove suporte de vibração, inclusive para oximetria. Deve ser robusto, com certificado de choque e queda. Gabinete (carcaça do equipamento) com sistema de isolamento elétrico. O circuito de amplificação do monitor deve ser protegido contra danos causados pela descarga do desfibrilador.
 - Menu interno para configuração do equipamento em português BR.
 - Possibilitar a realização de cardioversão sincronizada, com botão de sincronismo. Indicação na tela da energia entregue.
- Função de desfibrilação externa sincronizada e não sincronizada. Desfibrilação externa, através das pás adesivas. Possuir funcionalidade para uso tanto no modo manual, quanto no modo semiautomático com mensagens de texto e voz. Tempo total de carregamento, na carga máxima, até 10 segundos. Anula carga manualmente. Descarga automática dentro de 2 (dois) minutos se não for descarregado pelo operador.
- Monitor de ECG para acompanhamento visual dos sinais cardíacos. Display digital em cristal líquido ou tecnologia similar que proporcione alto contraste e permita uma perfeita visualização estando o usuário em diferentes ângulos e distâncias com mínimo de 5,5 polegadas. Velocidade do traçado da curva na tela que inclua as velocidades de 25 mm/s e 50 mm/s. Apresentação numérica da frequência cardíaca, em display específico ou na tela do monitor. ECG: Aquisição dos sinais cardíacos deverá ser feita por intermédio das pás de desfibrilação, das pás adesivas do marca-passo externo não-invasivo e dos eletrodos tradicionais de ECG. Velocidade de impressão do sinal de ECG que inclua a velocidade de 25 mm/s. Permitir aquisição de derivações simultâneas: I, II, III, aVR, aVL, aVF, V1, V2, V3, V4, V5 e V6. Impressão automática das 12 derivações.
 - Permitir transmissão dos dados via USB e/ou WiFi/Bluetooth.
 - Apresentar monitoração de oximetria.
 - Apresentar monitoração de pressão não invasiva;
 - Apresentar monitoração da capnografia com medições do EtCO2.
 - Apresentar monitoração de temperatura central e periférica.
 - Possuir feedback de RCP em tempo real (visual e sonoro).
- Possibilitar aplicação de marca-passo externo transtorácico não invasivo; Modos possíveis de operação: demanda e assíncrono; Frequência que abranja a faixa de 40 a 170 bpm (batimentos cardíacos por minuto); Corrente de estímulo variando de 0 até 140 mA pelo menos.
- Bateria recarregável facilmente removível: de lítio com alarme de baixa carga da bateria; Indicação de situação da bateria: se está sendo carregada e se ela atingiu a carga total.
 - Duração da Bateria: mínimo de 60 minutos em modo monitor e/ou um mínimo de 40 choques em 360 joules, sem necessitar de recarga neste período.
 - Deverá incluir todos os acessórios necessários para a completa utilização do aparelho, com todas as funções.
 - Garantia mínima: 1 ano para aparelho e 90 dias para acessórios

Item 2 - Pá adesiva multifunção adulto descartável

- Deverá ser compatível com o item 1.
- Possuir garantia de 90 dias.

Item 3 - Pá adesiva multifunção infantil descartável

- Deverá ser compatível com o item 1.
- Possuir garantia de 90 dias.

8.6 - A **equipe técnica** deverá avaliar se:

- a) o produto está de acordo com o objeto da contratação deste termo;
- b) o produto oferecido para avaliação foi suficiente;
- c) o produto atende a expectativa e está aprovado para uso;

8.7- A **validação** das amostras será realizada pela equipe técnica da DGSE e terá um prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data da entrega do produto, para elaboração do parecer técnico. Este prazo contempla os processos de análise e, se necessárias, reanálise do material.

9 – LAUDOS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

9.1- A Lei 14.133/2021, em seu art. 67, dispõe sobre o tipo de documentação específica referente à qualificação técnico-profissional que pode ser exigida, garantindo, ao mesmo tempo, a isonomia dos participantes, bem como que o vencedor do certame tenha condições técnicas e operacionais de atender ao contrato, evitando que o Poder Público contrate empresas desqualificadas.

9.2 - Para fins de qualificação técnico-profissional o licitante vencedor deverá, obrigatoriamente, apresentar pelo menos 1 (um) dos documentos elencados no Art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9.3 - Será permitido o somatório de atestados para se demonstrar a aptidão técnica-operacional dos licitantes, independente da data de execução, desde que o prazo seja compatível com o contrato que se pretende firmar.

10 – FORMA DE PAGAMENTO

- 10.1-O pagamento será realizado **À VISTA**, conforme quantidade fornecida EM CADA ETAPA, após o recebimento do material, devidamente atestado pela Comissão de Recebimento de material.
- 10.2-O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento.
- 10.3-Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.
- 10.4-Não será admitido o reajuste sobre o valor do contrato, por se tratar de aquisição em contrato com vigência de até 1 (um) ano.
- 10.5-No caso da CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade da CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.
- 10.6- Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).

11 - MONTAGEM OU INSTALAÇÃO:

- 11.1-Não será necessária montagem ou instalação.

12 – GARANTIA

- 12.1- Durante o período de garantia, será substituído, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da notificação do contratado, sem qualquer custo para CONTRATANTE.
- 12.2-Com fulcro no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a solicitação da garantia aproxima-se em casos específicos visando o escoreito cumprimento das obrigações contratuais sem gerar prejuízos institucionais.
- 12.3-De forma perfunctória destacam-se os seguintes parâmetros a serem sopesados no ato da elaboração do estudo de aplicabilidade da exigência:
- a)assegurar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b)prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c)multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d)obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.
- 12.4 - Ao analisarmos o caso concreto, sob a luz do art. 96 da Lei 14.133/2021, esta Administração avaliou **não ser imperiosa a solicitação de garantia contratual** em razão de se tratar de objeto de baixa complexidade. Ademais, trata-se de uma aquisição simples e sem previsão de obrigações futuras cabendo a emissão da Nota de Empenho em substituição ao contrato.
- 12.5-Ademais, cabe destacarmos o entendimento proferido pela douta corte de contas da União acerca da exigência descabida de garantia:
- "É facultado à Administração exigir prestação de garantia nas contratações de bens, obras e serviços, de modo a assegurar plena execução do contrato e a evitar prejuízos ao patrimônio público. Antes de estabelecer no edital exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar se realmente é necessária ou se servirá apenas para encarecer o objeto."***
(grifo nosso)
- 12.6- Neste tocante, a inclusão de garantia contratual oneraria o objeto sem a devida justificativa, além de exigir a adoção de outros procedimentos administrativos que retardariam de forma desarrazoada a futura aquisição.

13 – TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Não se aplica.

14 – BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

- 14.1- A CONTRATADA deverá adotar as seguintes medidas:
- a) Uso de recursos naturais de forma racional;
- b) Aplicação de métodos que visam a manutenção da biodiversidade;
- c) Adoção de sistemas de reciclagem de resíduos sólidos;
- d) Utilização de produtos que provocam o mínimo possível de impacto ambiental;
- e) Treinamento de funcionários para que conheçam o sistema de sustentabilidade da empresa, sua importância e formas de colaboração;
- f) Criação de programas de pós-consumo para retirar do meio ambiente os produtos, ou partes deles, que possam contaminar o solo, rios, etc.
- 14.2-Todos os processos, atividades e serviços deverão ser realizados com base na preservação do meio ambiente, respeitando a saúde e segurança dos colaboradores, clientes, fornecedores, comunidade e partes interessadas.
- 14.3- Considerando todo o ciclo de vida dos objetos em estudo, é de suma importância que sejam fornecidos objetos com baixo impacto ambiental, seguindo a normatização vigente acerca de pilhas e baterias (Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008).
- 14.4)- É imprescindível que o fornecedor apresente um plano de coleta e descarte dos itens após término do ciclo de vida, obedecendo os preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010).

15 – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1- A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:
- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
- 15.2- A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.
- 15.3- Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.
- 15.4- A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:
- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do caput, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do caput, será imposta pelo próprio

Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do caput, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

15.5- A multa administrativa, prevista na alínea b, do caput:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

15.6- A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do caput:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

15.7 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

15.8 - As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

15.9 - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do caput, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

15.10-Caso o produto não esteja mais disponível no mercado, na ocasião da entrega, a empresa fornecedora deverá consultar a administração, fundamentando devidamente o pedido, ofertando um produto com características e qualidade iguais ou superiores a amostra aprovada pela DGSE, cabendo a administração analisar a solicitação;

15.11- O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

15.12- O fornecedor declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades;

15.13- A instituição e a atuação da fiscalização não excluem ou atenuam a responsabilidade do fornecedor, nem o exime de manter fiscalização própria;

15.14- PARTICIPAÇÃO EM REGIME DE CONSÓRCIO

15.14.1 A baixa complexidade do objeto da futura contratação, não vislumbra a aplicabilidade do consórcio.

15.14.2 É vedada participação de consórcios, tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob esta forma, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei 14.133/2021, que em seu artigo 15, atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto (serviço comum), é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Tal vedação mitiga a possível prática de infrações contra a ordem econômica por potenciais licitantes que ao invés de atuar como concorrentes no certame, poderiam se unir com o fito de frustrar a competitividade.

15.15 - PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS DE SERVIÇO

15.15.1 Em regra geral, é possível a *participação de cooperativas em licitação* desde que seu objeto social seja compatível com o objeto licitado. No entanto, não é permitida a participação de cooperativas em licitações, no caso de contratações cujo objeto envolva o exercício de atividade que demande a existência de vínculos de emprego/subordinação desses profissionais com a pessoa jurídica contratada (cooperativa), bem como dispensam os elementos da habitualidade e pessoalidade.

Em vista disso, foram reiteradas decisões (Acórdão nº 1815/2003-Plenário, Acórdão nº 307/2004-Plenário) que culminaram com a publicação da Súmula nº 281, TCU: “*É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.*”

Sabe-se que a União firmou um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho, nos autos da Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0, comprometendo-se a não contratar cooperativas de mão de obra quando houvesse subordinação em relação ao tomador ou em relação ao prestador de serviços. Logo, não será permitida a participação de cooperativas nesta contratação.

15.16 - Não será permitida a subcontratação do objeto licitatório.

Elaborado por:

JENNIFER ORTOLÁ DOS SANTOS

1º TEN BM QOS/Enf/08

Oficial Adjunto

Seção de Licitação - DGSE

RG 42.111 ID FUNCIONAL 4340387

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA:

RODRIGO HESPANHOL DE MENEZES

RG 0028.312 Id. Funcional 002666553-0

Cel BM QOS/Méd/00

Diretor Geral de Socorro de Emergência

GUSTAVO SOARES DE MOURA PIERRO

RG: 28.292 Id. Funcional 00663404-0

Cel BM QOS/Méd/00

Diretor Geral de Saúde

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Defesa Civil
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria Geral de Socorro de Emergência

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA AQUISIÇÃO DE CARDIOVERSORES/DEA DE TRANSPORTE E ELETRODOS

INTRODUÇÃO

A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui a primeira etapa do planejamento de uma eventual aquisição de bens ou contratação de serviços (planejamento preliminar) e serve essencialmente para: assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto ambiental e embasar o termo de referência ou o projeto básico, que somente é elaborado se a aquisição de bens ou contratação de serviços for considerada viável.

Durante a elaboração do ETP diversos aspectos devem ser avaliados para que os gestores certifiquem-se de que existe uma necessidade de negócio claramente definida, há condições para atendê-la, os riscos de atendê-la são gerenciáveis e os resultados pretendidos com a contratação justificam o preço estimado inicialmente.

O presente ETP tem por objetivo apontar os fundamentos da contratação proposta e sua viabilidade para aquisição de insumos, com a finalidade de atender às viaturas de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) do CBMERJ, unidades de atendimento subordinadas à Diretoria Geral de Saúde (DGS) e atender às necessidades a 6ª Seção (BM/6) do EMG conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

Este documento busca cumprir o que preconiza o Decreto nº 48.816 de 24 de novembro de 2023, que regulamenta a fase preparatória das contratações de que trata a Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro bem como as demais normas reguladoras das contratações por entes públicos.

INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Número do Processo: SEI-270006/003470/2024

Objeto: Cardioversores

Categoria: Aquisição de bens

Requisitante: BM6, DGSE e DGS

1. DESCRIÇÃO DA DEMANDA

O CBMERJ, através da Diretoria Geral de Socorro de Emergência, pretende avaliar a necessidade de **aquisição de cardioversores/DEA de transporte e eletrodos**; requisitos técnicos necessários para atendimento dessas necessidades, de acordo com o Documento de Oficialização da Demanda (DOD); demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas; avaliar as condições que o mercado oferece; e por fim, apresentar todas as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação, de acordo com o Art 7º, inciso I do Decreto 48.816 de 27/11/23.

A Diretoria Geral de Socorro de Emergência (DGSE) dentre outras atribuições, é a responsável pelo Atendimento Pré-Hospitalar (APH) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) que é operacionalizado pelos GBM/DBM, cabendo a esta Diretoria a aquisição de suprimentos para atender às demandas dos Auto Socorro de Emergência (ASE), que são em torno de: 103 ambulâncias, 3 aeronaves, 9 Auto Motos, 2 lanchas e 2 Centros de Recuperação de Afogados (CRA).

A demanda está alinhada à necessidade de aquisição de um único equipamento de transporte que possua a função de cardioversor, desfibrilador e ao mesmo tempo consiga monitorar diversas funções vitais do paciente em atendimento de suporte avançado nas ambulâncias, bem como na aeronave conforme requisitos descritos no Documento de Formalização da Demanda (69850644).

As doenças cardiovasculares são as principais causas de óbito no Brasil e representam quase um terço dos óbitos totais e 65% do total de mortes na faixa etária de 30 a 69 anos de idade, atingindo a população adulta em plena fase produtiva. É possível acompanhar o número de mortes por doenças cardiovasculares no país através do "cardiômetro", um indicador criado pela Sociedade Brasileira de Cardiologia. No Estado do Rio de Janeiro no ano de 2020 o número de óbitos registrados decorrentes de alguma doença cardiovascular foi de 45.210 sendo a taxa de mortalidade, de 266,8 por 100 mil habitantes.

Existem no mercado diversos equipamentos disponíveis para tratar e reverter as irregularidades da pulsação cardíaca chamada fibrilação, entre eles o cardioversor e o desfibrilador que realizam descargas intensas com objetivo de despolarizar as fibras do miocárdio.

O desfibrilador externo automático (DEA) aplica uma corrente elétrica no músculo cardíaco, de forma contínua, para regularizar o ritmo do coração após a descarga, muito utilizado em situações de emergência, tais como as paradas cardíacas.

O cardioversor é um equipamento para uso exclusivo do profissional médico socorrista, destinado a reverter parada cardiorrespiratória através da detecção automática de ritmos chocáveis (fibrilação ventricular e taquicardia ventricular). Além de diagnosticar as arritmias cardíacas, também é capaz de tratá-las através da desfibrilação, uma aplicação de corrente elétrica para a arritmia, fazendo com que o coração retome o ciclo cardíaco normal. Este equipamento tem ainda a capacidade de realizar monitoração cardíaca durante o atendimento de vítimas em estado crítico e possui a função de marcapasso.

O desfibrilador efetua a **leitura automática** do ritmo cardíaco através de **pás adesivas no tórax**, ou seja, através dos **eletrodos que também são objetos deste estudo**. Os **eletrodos**, também denominados "**pás de DEA**" ou "**pás adesivas**" **deverão ser compatíveis com o equipamento a ser adquirido** e são de suma importância para o funcionamento do desfibrilador.

A aquisição deste equipamento único com funções de desfibrilação e cardioversão, bem como seus eletrodos permitirá suprir e ativar as viaturas avançadas de APH, visando renovar e manter a regularidade do APH oferecido à população do Rio de Janeiro, evitando dessa forma o prejuízo à assistência.

O Estado-Maior Geral (EMG) é o Órgão de Direção Geral responsável, perante o Comandante-Geral, pelo estudo, planejamento, coordenação e controle de todas as atividades da Corporação, inclusive dos órgãos de direção setorial. O EMG é responsável pelo Sistema de planejamento administrativo, programação e orçamento e por elaborar as diretrizes e ordens do Comando que acionam os órgãos de direção setorial e os de execução, no cumprimento de suas missões. Primordialmente, a 6ª Seção (BM/6) do Estado-Maior Geral tem por finalidade assessorar o Comandante-Geral, por intermédio do Chefe do Estado-Maior Geral, dentro da sua esfera de competência, nos assuntos relacionados à saúde no âmbito do CBMERJ e, portanto, a BM/6 coordena os postos médicos existentes em todo o Estado do Rio de Janeiro.

A Diretoria Geral de Socorro de Emergência (DGSE) dentre outras atribuições, é a responsável pelo Atendimento Pré-Hospitalar (APH) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) que é operacionalizado pelos GBM/DBM, cabendo a esta Diretoria a aquisição de suprimentos para atender às demandas dos Auto Socorro de Emergência (ASE), compreendidos em: ambulâncias, aeronaves, Auto Motos, lanchas, unidades de afogados e Centros de Recuperação de Afogados (CRA).

A aquisição destes itens também irá atender às necessidades a 6ª Seção (BM/6) do EMG, que, primordialmente, tem por finalidade assessorar o Comandante-Geral, por intermédio do Chefe do EMG dentro da sua esfera de competência, nos assuntos relacionados à saúde no âmbito do CBMERJ. Neste sentido, cabe à BM/6 coordenar os postos médicos existentes em todo o Estado do Rio de Janeiro e providenciar o suprimento de suas necessidades.

A aquisição deste equipamento destina-se também ao atendimento das unidades subordinadas à Diretoria Geral de Saúde (DGS) que atualmente atendem cerca de 80.000 (oitenta mil) usuários do Fundo de Saúde do CBMERJ, correspondendo aos militares ativos e inativos e seus dependentes, através das seguintes unidades: Hospital

Central Aristarcho Pessoa (HCAP); Policlínicas (1ª Policlínica – Campinho, 2ª Policlínica – Nova Iguaçu, 3ª Policlínica – Niterói, 4ª Policlínica – Campos dos Goytacazes) e Postos Médicos (Posto Médico da Diretoria Geral de Ensino e Instrução – DGEI, Posto Médico do Quartel Geral Central – QGC, Posto Médico do Centro de Suprimento e Manutenção - CSM). Dentre as unidades citadas, destaca-se o HCAP por apresentar uma variedade maior de serviços aos usuários, como atendimento médico-assistencial geral e especializado, atendimento de urgência e emergência cujo Serviço de Pronto-atendimento (SPA) atende no momento aproximadamente 3.000 (três mil) atendimentos por mês, além da realização de exames laboratoriais e de imagens.

A ausência desta aquisição poderá ocasionar os seguintes prejuízos: no curto prazo, os atendimentos seriam prejudicados visto que o atendimento pode ficar inviabilizado ou retardado e, no longo prazo, as atividades seriam descontinuadas, levando à inoperância do serviço.

1.1 Justificativa

A aquisição destes insumos está alinhada ao Documento de Formalização de Demanda anexada ao presente processo e permitirá suprir as demandas dos Auto Socorro de Emergência (ASE) gerenciada pela DGSE, além de abastecer as unidades subordinadas à BM/6 e DGS.

O equipamento e acessórios solicitados no DFD (69850644), são utilizados em situações de emergências traumáticas, clínicas, em particular cardiológicas, tanto no atendimento Pré-Hospitalar quanto no Intra-Hospitalar. O Cardioversor/Desfibrilador/Monitor integrados executa uma terapia elétrica para correção de impulsos elétricos irregulares do coração. Quando neste estado, o coração não consegue bombear sangue suficientemente para todo o organismo, podendo levar o paciente à óbito em poucos minutos. Portanto, a utilização deste equipamento se torna imprescindível para o adequado tratamento dos pacientes em instabilidade acarretada por distúrbios cardíacos, com destaque para Fibrilação Ventricular (FV) a maior causa de Parada Cardiopulmonar (PCR), e por conseguinte, de morte de causa clínica. **Referência:** Panchal AR, Bartos JA, Cabañas JG, et al. *Adult Basic and Advanced Life Support Writing Group. Part 3: Adult Basic and Advanced Life Support: 2020 American Heart Association Guidelines for Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care. Circulation. 2020 Oct 20;142(16_suppl_2):S366-S468. doi: 10.1161/CIR.0000000000000916. Epub 2020 Oct 21. PMID: 33081529.*

O equipamento a ser adquirido deve possuir função de cardioversão externa sincronizada e não sincronizada, e aplicação através das pás adesivas multifuncionais (monitorização, choques de cardioversão/ desfibrilação/ marcapasso). Deve possuir funcionalidade para uso tanto no modo manual, quanto no modo semiautomático, denominado de Desfibrilador Externo Automático (DEA) com mensagens de texto e de voz em português. A função DEA é importante, já que profissionais de saúde enfermeiros irão atender nas viaturas intermediárias. Nos ambientes do hospital e policlínicas, os enfermeiros e demais profissionais de saúde poderão utilizá-lo sem a necessidade de adquirir um equipamento adicional. Além da função DEA, o equipamento deve fornecer funcionalidades mais complexas, de monitoramento dos sinais vitais para diversas aplicações nas quais a viatura avançada (profissional de saúde médico) irá atuar. Cabe ressaltar que, comumente os atendimentos se iniciam com a viatura intermediária, e os pacientes são transferidos para viaturas avançadas. Portanto, a utilização do mesmo equipamento facilita a operacionalidade, agilizando o tratamento adequado, sem lacunas de vigilância e com mitigação dos riscos.

Para função desfibrilação, o tempo total de carregamento do choque, na carga máxima, deve ser de até nove segundos, já que segundo o protocolo adotado pela corporação, a interrupção das compressões torácicas não deve superar 10 segundos, e deve possibilitar anular carga manualmente. A descarga automática deve ocorrer dentro de dois minutos e ao desligar. Deve permitir ajuste da carga na faixa de 5 a 200J no mínimo, com indicação visual da carga selecionada na tela. Deve possuir tecnologia de onda exponencial truncada bifásica em conformidade com a diretriz internacional vigente (AHA). **Referência:** Panchal AR, Bartos JA, Cabañas JG, et al. *Adult Basic and Advanced Life Support Writing Group. Part 3: Adult Basic and Advanced Life Support: 2020 American Heart Association Guidelines for Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care. Circulation. 2020 Oct 20;142(16_suppl_2):S366-S468. doi: 10.1161/CIR.0000000000000916. Epub 2020 Oct 21. PMID: 33081529.*

O equipamento deve possuir escala de energia para indivíduos adultos e crianças até o máximo de 360J, devendo possuir no mínimo seis valores disponíveis de energia nessa faixa, pois, a dose de energia na criança é calculada de acordo com o peso corporal. Deve possuir pás rígidas (adulto e pediátrico) e pás adesivas multifuncionais (eletrodos) para adultos e crianças (maiores de um ano de idade). É importante que possua indicação visual por meio de barra ou cores da qualidade do contato (impedância de contato entre paciente e as pás) nas pás externas (existe um valor mínimo de corrente elétrica capaz de promover desfibrilação, uma vez que quanto maior a impedância, menor a corrente elétrica). As pás adesivas multifuncionais deverão permitir testes de funcionamento plenamente adequados ao equipamento, particularmente sem comprometer a carga e vida útil das baterias. Ademais, o meio de conexão de teste não deverá comprometer a integridade da embalagem das pás multifuncionais.

Ademais, o equipamento deve possuir um modo que permita a avaliação da efetividade da compressão torácica durante a reanimação cardiopulmonar (frequência, profundidade com sinalização retorno/feedback). Isso é de suma importância para o socorrista avaliar durante o atendimento a eficácia das massagens cardíacas, possibilitando um atendimento quanti-qualitativo em cada caso específico. Esse feedback deve ser em Português (BR), assim como toda a interface do sistema.

Além de fundamental no tratamento de parada cardiopulmonar, o cuidado em saúde de pacientes instáveis exige que o equipamento solicitado deve ainda ter funções adicionais, como monitorização da frequência cardíaca, frequência respiratória, pressão arterial não invasiva, saturação de oxigênio, temperatura e capnometria/capnografia (ECG, FC, FR, PNI, SpO₂, Temp e ETCO₂). O monitoramento contínuo de dados fisiológicos implica em redução da morbimortalidade. Com destaque, todas as informações deverão estar integradas em dispositivo único e portátil, uma vez que o atendimento pré-hospitalar demanda frequentemente uso em áreas remotas. Fato esse que não permite transportar múltiplos dispositivos sem prejuízo a presteza e qualidade de atendimento em saúde.

A função de monitorização de eletrocardiografia (ECG) é importante para o acompanhamento visual da frequência, morfologia e ritmo cardíacos, sendo indispensável que haja captação de 12 derivações simultaneamente e apresentar velocidade do traçado da curva na tela que inclua as velocidades de 25mm/s ou 50mm/s, além de permitir a apresentação de: DI, DII, DIII, aVR, aVL, aVF e V1,V2,V3,V4,V5,V6. São as 12 derivações exigidas para os diagnósticos das distúrbios cardíacos e alterações isquêmicas do miocárdio. A captação dos sinais cardíacos deverá ocorrer por intermédio das pás de desfibrilação, das pás adesivas do marcapasso externo transcutâneo e dos eletrodos tradicionais de ECG.

A frequência cardíaca (FC) deverá ser apresentada de forma numérica na tela. A oximetria de pulso deve possibilitar a visualização do valor da frequência cardíaca até o limite de 240 batimentos por minuto, com resolução de 1 batimento por minuto e da saturação de oxigênio (SpO₂) no intervalo de 0 a 100%, com resolução de 1% em pacientes adultos e pediátricos. Além disso, o oxímetro de pulso deve ter certificação ISO 80601-2-61 (IEC 60068-2-64), que comprova que durante o deslocamento com trepidação (que é a natureza do serviço de resgate em viatura terrestre), não haja interferência ou qualquer falha de leitura dos parâmetros de sinais vitais.

A monitorização de pressão não invasiva (PNI) deve realizar medições nos modos manual e automático com ajuste de intervalo incluindo a faixa entre 1 minuto e 6 horas. Deve compreender as faixas de medida de Adulto: 10 a 300mmHg; Pediátrico: 10 a 230mmHg, fornecendo inclusive os manguios de tamanhos apropriados para crianças, adultos e adultos obesos. A precisão deve ser igual ou superior a 5mmHg de erro médio, 8mmHg de desvio padrão. Isso é de suma importância para garantir uma aferição acurada para tomada de decisão adequadas nos diferentes biotipos e faixas etárias atendidas pelo CBMERJ.

O recurso de medição de temperatura corporal central e periférico é necessário para a garantia da qualidade nos atendimentos em situações de extremos de temperatura. A informação auxilia o socorrista na tomada de decisão clínica em casos de hipotermia e hipotermia. A hipotermia (queda da temperatura corporal), ocorre em casos de afogamentos (principalmente em mares), soterramentos e nos socorros em áreas remotas e de altitude elevada. Nesses casos as manobras de suporte avançado de vida devem ser mantidas até que a temperatura do paciente alcance 32°C. De outro modo, a hipotermia (elevação da temperatura corporal), é comum em casos de incêndios, atividade física extenuante, aglomerações, e hiperexposição solar. O monitoramento e controle da temperatura são recomendados como parte da cadeia de cuidados após retorno da circulação espontânea em casos de parada cardiocirculatória. **Referência:** Azarkane M, Rijnhout TWH, McLellan H, et al. *Prehospital body temperature measurement in trauma patients: A literature review. Injury. 2022 Jun;53(6):1737-1745. doi: 10.1016/j.injury.2022.04.004. Epub 2022 Apr 7. PMID: 35431040.*

A monitorização da capnometria/capnografia (ETCO₂) deve apresentar onda de capnografia em tempo real, com ajuste de escala pelo usuário, demonstração de valores simultâneos de ETCO₂ com faixa de 0 a 100mmHg e tempo de resposta até 60ms em adultos. Deve apresentar a frequência respiratória (FR) por minuto, abrangendo a faixa de 0 a 150 respirações por minuto. Deve ter ajuste automático da pressão barométrica e poder ser utilizado em adultos e pacientes pediátricos. Deve possibilitar programação de alarme com limite mínimo e máximo de ETCO₂, FR, além de alarme para apneia. A capnometria/capnografia tem sido um dado fisiológico de destaque para tomada de decisão no atendimento de pacientes graves pela capacidade de identificar situações de baixo débito cardíaco, isto é, situações de choque circulatório e preditoras de parada cardíaca. O uso da capnografia também é defendida com recurso fundamental para avaliação da efetividade durante as manobras de reanimação cardiopulmonar (RCP) e o padrão ouro para detecção do retorno a circulação espontânea. O recurso também é defendido como boa prática por protocolos internacionais para confirmação do correto posicionamento para o dispositivo de via aérea avançada (tubo traqueal). **Referência:** Davis DP, Bosson N, Guyette FX, et al. *Optimizing Physiology During Prehospital Airway Management: An NAEMSP Position Statement and Resource Document. Prehosp Emerg Care. 2022;26(sup1):72-79. doi: 10.1080/10903127.2021.1992056. PMID: 35001819.*

A função marcapasso transcutâneo é importante em casos de distúrbios lentos do ritmo cardíaco ou disfunção do marcapasso fisiológico. Decorre de doenças cardíacas adquiridas, até abuso de substâncias ilícitas. Independente da etiologia, é uma condição de emergência e o marcapasso transcutâneo irá corrigir a distúrbio, tratando o paciente temporariamente até que a solução definitiva seja escolhida, isso já no ambiente intra-hospitalar. Esse marcapasso deve possibilitar os modos de demanda ou assíncrono (frequência fixa) com frequência de pulso de estímulo que abranja a faixa entre 40 e 160 batimentos por minuto e corrente de estímulo variando de 0 até 140mA (a impedância torácica é variável de acordo com o paciente, e a corrente elétrica necessária para realizar a estimulação está diretamente relacionada a ela).

Já em relação às características físicas do equipamento, o mesmo deve ser leve, compacto, em corpo único e portátil, tendo uma largura máxima de 340mm, profundidade máxima de 240mm, altura máxima de 350mm e peso máximo de 7,5 kg quando equipado com bateria. O equipamento deve possuir alça de transporte, deve ser resistente, ter isolamento elétrico e ter proteção igual ou superior a IP44. Isso tudo é importante para permitir que o socorrista que tenha que percorrer longas distâncias para executar sua função, não tenha dificuldades e nem sofra com possíveis futuras lesões ocasionadas pelo peso elevado e/ou falta de ergonomia por parte dos seus instrumentos de trabalho. É comum o atendimento em cenários adversos, como montanhas, praias, áreas remotas onde as viaturas de resgate não chegam.

A tela deve ser de LED ou LCD, colorido, com alto contraste e permitir perfeita visualização estando o usuário em diferentes ângulos e distâncias com mínimo de 5,5 polegadas. Deve possuir o idioma Português-BR. Deve ter visualização facilitada dos sinais vitais multiparâmetros, indicador de nível de bateria, alarmes sonoros com gradação ajustável de volume e parametrização de limites de segurança para alarme visual e sonoro. O circuito de amplificação do monitor deve ser protegido contra danos causados pela descarga do desfibrilador. Deve apresentar impressora termográfica para impressão automática do ECG, nas 12 derivações, e na velocidade de 25mm/s.

Deve possuir memória interna para armazenamento mínimo dos dez últimos casos atendidos, com data e hora dos eventos marcados, checagens, resumo dos eventos e testes operacionais. Além de permitir a transmissão dos dados por meio de conexão física (USB) e conexão via WiFi e/ou Bluetooth. Este recurso visa estabelecer a garantia de auditorias internas e educação continuada para fins de melhoria da qualidade e segurança em conformidade com a resolução CREMERJ nº 345/2023 que institui o Núcleo de Segurança dos serviços pré-hospitalar móvel. O equipamento deve funcionar tanto na bateria quanto a energia elétrica, sendo necessário ser bivolt e com comutação automática.

A bateria deve ser de lítio e recarregável, facilmente removível, com alarme de baixa carga de energia garantindo pelo menos 30 minutos de autonomia e indicação de situação da bateria: se está sendo carregada com fonte externa. Com a bateria totalmente carregada, deve ser capaz de efetuar no mínimo 40 descargas na carga máxima e no mínimo 60 minutos de monitorização contínua, sem precisar de recarga durante esse período. Esses requisitos são importantes para que a capacidade de atendimento seja extensa, e para que não exista falhas durante o atendimento do paciente, proporcionando um tratamento ininterrupto e de qualidade.

Observa-se que durante a execução diária dos resgates, existe muita trepidação dentro da ambulância, associando ainda o desgaste das estradas, por vezes acentuado, além das áreas sem asfalto onde a viatura consegue progredir. Para que o equipamento suporte tantas condições, é importante que ele tenha robustez, sendo produzido especificamente para utilização em ambulâncias, suportando vibração e com proteção mínima IP44. Além disso, o equipamento deve possuir registro na ANVISA, atender às determinações e especificações do INMETRO 384/2020. Deve suportar choque e impacto com certificação reconhecida.

Devido às elevadas temperaturas que o Estado do Rio de Janeiro tem no verão, o equipamento deve suportar essas oscilações. Portanto, é necessário que ele suporte de 0º C até 50º C, visto que viatura fica exposta na rua, com incidência direta de sol, podendo elevar a sensação térmica e comprometer o equipamento. Além disso, é preciso que o mesmo suporte alterações de pressão atmosférica até 2.791 metros de altitude, visto que essa é a altitude do Pico das Agulhas Negras, o ponto mais alto do Estado do Rio de Janeiro.

O equipamento deve ser capaz de executar autoteste e verificação básica manualmente pelo operador. Em casos de reparos e manutenções futuras, é necessário que o fornecedor possua assistência técnica autorizada no Estado do Rio de Janeiro em acordo com RDC 16 de 2013 da ANVISA. Tal fato justifica-se pelo potencial impacto da interrupção da assistência a população decorrente de longos períodos de indisponibilidade do equipamento. Além disso, o fornecedor deve oferecer sem custos a possibilidade de atualização de software protocolo no próprio local onde o equipamento estiver instalado. O equipamento deverá ter alça para transporte, resistente, que suporte vibrações e choques externos, manual do usuário físico em português, certificado de garantia de 2 anos, de calibração e teste de segurança elétrica.

1.1.1 BM/6

A necessidade da BM/6 está alinhada à demanda dos Postos médicos, conforme justificado na CI e Ofício (54736765 e 57192989):

Considerando a existência de postos médicos, tanto na região metropolitana quanto na região do interior do Estado, com atendimento de pacientes de diversas patologias, inclusive cardiológicas;

Considerando a distância das unidades de Bombeiro Militar até as unidades de saúde mais avançadas;

Considerando que alguns CBAs estão distantes dos postos médicos;

Solicitamos a aquisição de **25** Cardioversores/desfibriladores com DEA de transporte e **25 pares** de eletrodos de cada tamanho.

1.1.2 DGSE

A utilização deste equipamento nos atendimentos de socorro baseia-se no Procedimento Operacional Padrão (POP) do CBMERJ publicado em página pública do CBMERJ, dentre outros protocolos internacionais de referência - tais como o *American Heart Association Guidelines Update for Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care* - utilizados para nortear o conjunto de rotinas no Atendimento pré e Inter hospitalar.

Considerando o quantitativo de ASEs e unidades que deverão ser contempladas com os cardioversores, a saber: ambulâncias avançadas (28) e intermediárias (28), 2 (dois) Centros de Recuperação de Afogados (CRA) e 2(duas) unidades de afogados (Botafogo e Piscinão de Ramos), obtém-se a necessidade de adquirir **60 (sessenta) aparelhos**.

Vale ressaltar que os cardioversores atualmente utilizados no APH apresentam muitos anos de uso, com última aquisição em 2015, e por vezes são submetidos a manutenções corretivas frequentes e apresentam peças obsoletas e/ou sem condições de reparo, podendo significar a qualquer momento a inviabilidade do uso do equipamento.

Além disso, é necessário a aquisição de **acessórios** compatíveis com o cardioversor/dea a ser adquirido para garantir a reposição destas peças e o bom funcionamento do aparelho. A ausência deste acessório compatível com o equipamento inviabiliza a utilização do mesmo, transformando-o em inoperante, o que irá comprometer o serviço de APH do CBMERJ. Verificou-se, portanto, a necessidade de obtenção de **120 (cento e vinte) pares de pás adesivas de cada tamanho**.

1.1.3 DGS

A demanda da DGS está justificada na CI 101 (54984161) e do Ofício 3676 (78545909), conforme transcrito a seguir:

Considerando que os atuais modelos encontram-se com tecnologia obsoleta e desta forma precisam ser substituídos;

Considerando que a base de um bom desfibrilador é a sua bateria e a maioria já se encontra com desgaste avançado;

Considerando que os Pavilhões Clínicos 1 e 2, SPA, CTI, UI, Centro Cirúrgico, Psiquiatria, Ambulâncias, Ambulatórios e DGS necessitam da substituição dos atuais equipamentos;

Considerando que todas as viaturas de emergência devem ser equipadas com cardioversores e desfibriladores;

Considerando que o modelo solicitado poderá ser operado por médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem;

Considerando que o equipamento em questão faz parte do suporte básico e avançado de vida;

Considerando que temos 02 viaturas de transporte no HCAP, que podem operar como avançada ou básica;

Neste contexto, esta Diretoria solicita a aquisição de **18 Cardioversores / Desfibriladores com DEA**, além de **18 (dezoito) pares de pás adesivas tamanho adulto e de 14 (quatorze) pares de pás adesivas tamanho infantil**, para as seguintes configurações:

LOCAL	QUANTIDADE Cardioversores / Desfibriladores com DEA
VIATURAS DE TRANSPORTE	02
CTI	01
SPA	02
Pavilhão Clínico 1º Andar	01
Pavilhão Clínico 2º Andar	01
Centro Cirúrgico	01
Setor de Psiquiatria	01
Ambulatório Geral	01
Complexo Materno Infantil	01
Ambulatório de Fisioterapia	01

LOCAL	QUANTIDADE Cardioversores / Desfibriladores com DEA
Setor de Endoscopia, Broncoscopia e Colonoscopia	01
DGS	01
1ª Policlínica	01
2ª Policlínica	01
3ª Policlínica	01
4ª Policlínica	01
TOTAL	18

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Definição e Especificação de Requisitos

As especificações detalhadas de cada item bem como o respectivo código do CATMAT e ID SIGA-RJ encontram-se relacionadas no tópico 2.2.

As exigências de qualificação técnica têm por objetivo verificar a capacidade técnico-operacional do licitante para executar a entrega dos bens em questão e, portanto, deverá ser apresentado atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, quando for o caso, que demonstrem o fornecimento pela empresa dos itens objeto deste termo em quantitativo compatível com os solicitados neste processo, e com prazos semelhantes. Será permitido o somatório de atestados para se demonstrar a aptidão técnica-operacional dos licitantes, independente da data de execução, desde que o prazo seja compatível com o contrato que se pretende firmar. Para fins de qualificação técnica todos os licitantes classificados em primeiro lugar deverão, obrigatoriamente, apresentar os documentos a seguir, além de outras documentações que estarão detalhadas no respectivo Termo de Referência (T.R.):

- Certificado de Registro do Produto emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou cópia da publicação do registro no Diário Oficial da União (o local onde estiver impresso o registro deverá estar sublinhado em cor diferente da impressão). Será permitida a apresentação de cópia autenticada do protocolo de pedido de revalidação do registro junto à ANVISA, desde que tenha sido requerido nos termos do §6º do artigo 12 da Lei nº 6.360/76, em nome da licitante.
- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- Licença de Funcionamento ou Alvará Sanitário do exercício em vigor emitida pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal para a atividade desenvolvida pela licitante (compatível com o objeto): produção, importação, armazenamento distribuição ou comercialização.
- Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) participante da licitação emitida pela ANVISA (compatível com o objeto).
- Carta de exclusividade (se for o caso).
- A aquisição do material dar-se-á conforme estabelecido neste Termo de Referência, assim como na forma das deliberações técnicas específicas emanadas pela DGSE;
- A entrega e contratação poderá ser realizada conforme a necessidade da unidade demandante, de acordo com o consumo e local necessário para armazenamento seguro e adequado dos insumos, reduzindo o risco de perdas dos produtos por caducidade e a imobilização dos recursos públicos;
- As empresas habilitadas no pregão deverão entregar amostras de cada item, durante o processo licitatório, para avaliação do atendimento às exigências contidas na especificação detalhada. As amostras deverão ser encaminhadas ao Departamento Geral de Administração e Finanças (DGAF), sito à Praça da República, nº 45 - Centro - RJ, no prazo estabelecido em edital, para análise técnica dos materiais, que deverá ser feita pelo oficial designado como representante para o referido pregão.

2.2 Estimativa das Quantidades

2.2.1 BM6

A demanda da BM6 foi baseada nos documentos CI e Ofício (54736765 e 57192989):

Item	Descrição Item	Unidade	Qtd BM6
1	Cardioversor/Desfibrilador (Função Monitor multiparamétrico (ECG, frequência cardíaca e respiratória, SPO2, PNI, temperatura e capnografia) e Marcapasso	UN	25
2	Eletrodo adesivo, tamanho: adulto	UN	25
3	Eletrodo adesivo, tamanho: infantil	UN	25

2.2.2 DGSE

O quantitativo solicitado foi fundamentado através do abastecimento das viaturas pertencentes ao APH do CBMERJ, cujas ambulâncias avançadas (28) e intermediárias (28), as 4 (quatro) aeronaves do GOA (Grupo de Operações Aéreas), 2 (dois) Centros de Recuperação de Afogados (CRA) e 2 (duas) unidades de afogados (Botafogo e Piscinão de Ramos).

Segue abaixo a planilha do **quantitativo solicitado**:

Item	Descrição Item	Unidade	Qtd DGSE
1	Cardioversor/Desfibrilador (Função Monitor multiparamétrico (ECG, frequência cardíaca e respiratória, SPO2, PNI, temperatura e capnografia) e Marcapasso	UN	60
2	Eletrodo adesivo, tamanho: adulto	UN	120
3	Eletrodo adesivo, tamanho: infantil	UN	120

2.2.3 DGS

A demanda da DGS está justificada na CI 101 (54984161):

Item	Descrição Item	Unidade	Qtd DGSE
1	Cardioversor/Desfibrilador (Função Monitor multiparamétrico (ECG, frequência cardíaca e respiratória, SPO2, PNI, temperatura e capnografia) e Marcapasso	UN	18
2	Eletrodo adesivo, tamanho: adulto	UN	18
3	Eletrodo adesivo, tamanho: infantil	UN	14

Em resumo, as tabelas a seguir contém a descrição, o ID, CATMAT e unidade de fornecimento constantes do Catálogo de Materiais e Serviços do SIGA, bem como o quantitativo da DGSE, BM/6 e DGS:

LOTE ÚNICO

Item	Descrição Item	Descrição SIGA	ID SIGA	Descrição CATMAT	Nº CATMAT	Unidade	Qtd BM6	Qtd DGSE	Qtd DGS	Qtd Total
------	----------------	----------------	---------	------------------	-----------	---------	---------	----------	---------	-----------

Item	Descrição Item	Descrição SIGA	ID SIGA	Descrição CATMAT	Nº CATMAT	Unidade	Qtd BM6	Qtd DGSE	Qtd DGS	Qtd Total
1	Cardioversor/Desfibrilador (Função Monitor multiparamétrico (ECG, frequência cardíaca e respiratória, SPO2, PNI, temperatura e capnografia) e Marcapasso.	DEFIBRILADOR/CARDIOVERSOR.MONITOR: MULTIPARAMETRO (ECG, FREQUENCIA CARDIACA E RESPIRATORIA, SpO2, PNI, TEMPERATURA E CAPNOGRAFIA), COM TRANSMISSAO DE DADOS WI-FI E/OU BLUETOOTH, IMPRESSAO TERMICA E FEEDBACK DO RCP, CARGA: AJUSTAVEL 5~200 J, TENSAO: BIFASICO, TIPO BATERIA: RECARREGAVEL, REMOVIVEL E BIVOLT, LIMITACAO ENERGIA PAS: 1 ~200 J, TIPO: MARCAPASSO TRANSCUTANEO E CARDIOVERSOR / DEFIBRILADOR DE TRANSPORTE, MODELO: MANUAL E SEMI-AUTOMATICO, QUANTIDADE PA: PAS RIGIDAS EXTERNAS ADULTO E PEDIATRICO, VISOR: DISPLAY LCD, MONITOR: ECG 12 DERIVACOES, FC, OXIMETRIA, FR, PNI, ETCO2, TAMANHO VISOR: 5,5 ATE 8,5 POLEGADAS, ENERGIA DESCARGA: 5 ~ 200 J, TEMPO CARREGAMENTO: ATÉ 10 SEGUNDOS NA CARGA MAXIMA, DESCARGA: AUTOMATICA, TAXA ESTIMULACAO: 30~170 BPM, CARDIOVERSAO SINCRONIZADA E NAO SINCRONIZADA, CORRENTE SAIDA: ESTIMULO DE 0~140 MA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	185572	Equipamento Cardioversor Externo Sincronismo: C/ Monitor De Ecg E Desfibrilador Externo Parâmetros Mínimos: Mp Externo E Spo2 Recursos Adicionais Mínimos: Pni, EtcO2, Temperatura, Fr, Auxílio Rcp Tipo Gabinete: Tela C/ Visor Gráfico E Pás Externas Características Técnicas: Onda Bifásica, Comando Nas Pás, Alarmes E Memória Impressora: Com Impressora Integrada Alimentação: Bivolt Automático, Bateria Recarregável	616831	UN	25	60	18	103
2	Eletrodo adesivo, tamanho: adulto	ELETRODO, TIPO: DESCARTAVEL, FIXACAO: AUTOADESIVA, MODELO: MULTIFUNCAO, CABO: INTERLIGADOS, TAMANHO: ADULTO, COMPATIVEL: CARDIOVERSOR/DEFIBRILADOR, FORMA FORNECIMENTO: PAR	183213	Pá Para Desfibrilador Tipo Equipamento: Externo Automático - Dea Modelo: Tipo Eletrodo, Adesiva Tamanho: Adulto Apresentação*: Par Compatibilidade: C/ Compatibilidade Específica Esterilidade: Descartável	453771	PAR	25	120	18	163
3	Eletrodo adesivo, tamanho: infantil	ELETRODO, TIPO: DESCARTAVEL, FIXACAO: AUTOADESIVA, MODELO: MULTIFUNCAO, CABO: INTERLIGADOS, TAMANHO: INFANTIL, COMPATIVEL: CARDIOVERSOR/DEFIBRILADOR, FORMA FORNECIMENTO: PAR	183214	Pá Para Desfibrilador Tipo Equipamento: Externo Automático - Dea Modelo: Tipo Eletrodo, Adesiva Tamanho: Infantil Apresentação*: Par Compatibilidade: C/ Compatibilidade Específica Esterilidade: Descartável	453772	PAR	25	120	14	159

2.3 Local de entrega ou Local da prestação do serviço

Os locais de entrega dos bens objeto do registro de preços estão listados abaixo:

BM6: no **Almoxarifado Geral do CBMERJ** - situado à Av. Bartolomeu de Gusmão, 850 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, 20941-160, preferencialmente de segunda à quinta-feira, de 8 às 15h, em data e horário agendados previamente através dos telefones (21) 2334-2052, (21) 2334-1978 ou (21)2334-1982, com aviso ao fiscal com antecedência mínima de 03(três) dias úteis.

DGSE: no **Almoxarifado Médico e Farmácia da DGSE**, situado à Av. Bartolomeu de Gusmão, 850 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, 20941-160, preferencialmente de segunda à sexta-feira, de 8 às 16h, em data e horário agendados previamente com a chefia deste setor, pelo telefone (021) 2334-2225/98596-9010.

DGS: no **Almoxarifado Geral da Diretoria Geral de Saúde** sito à Av. Bartolomeu de Gusmão, Nº 850 - São Cristóvão, RJ. No período compreendido entre 8:00 e 17:00 horas de 2ª a 6ª feira, exceto nos feriados nacionais, da cidade e Estado do Rio de Janeiro. A entrega deverá ser agendada com a chefia deste setor, pelo telefone (21) 2334-2009.

2.4 Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será efetuado por solicitação de compra, com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho. Quando da entrega, os produtos deverão ser entregues nos respectivos almoxarifados e estarem em perfeitas condições, as embalagens não danificadas e, caso houver, com prazo de validade igual ou superior a 75% do prazo total estabelecido pelo fabricante.

2.5 Transferência de conhecimento?

Tendo em vista as características do serviço, não há necessidade de transferência de conhecimentos ou tecnologias.

2.6 Amostra

A empresa melhor colocada no certame deverá enviar **amostra do produto** para o endereço no prazo estabelecido em Termo de Referência, a fim de verificar se está conforme com as especificações detalhadas no processo. A análise técnica do material ocorrerá em até **5 (cinco) dias úteis** após notificação, e será executada por um Oficial designado pelo Almoxarifado Médico e Farmácia da DGSE. Os critérios de avaliação serão detalhados no Termo de Referência.

2.7 Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não existem contratações que guardam relação com o objeto da contratação pretendida.

3. ANÁLISE DO CENÁRIO

3.1 Levantamento do mercado

Foi realizado um levantamento para identificar quais empresas existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

Durante este levantamento, foram demonstrados alguns equipamentos com funções semelhantes, contudo, somente alguns atendem aos requisitos

solicitados, conforme demonstrado no anexo 78457108 (quanto às certificações) e na tabela a seguir:

N	FUNÇÃO/ATRIBUIÇÃO	M2 - ZOLL	INTREPID-PHILIPS	BENEHEART D6 - MINDRAY	DUAL MAX - INSTRAMED	VIVO GOLD - CMOS DRAKE
1		DEA	SIM	SIM	SIM	SIM
2	MARCAPASSO (sincronizado e não sincronizado)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
3	TELA >5,5"	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
4	PNI	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
5	TEMPERATURA (periférico e central)	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
6	OXIMETRIA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
7	ECG 12 DERIVAÇÕES	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
8	CAPNOGRAFIA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
9	IMPRESSORA TÉRMICA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
10	FEEDBACK DA RCP	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
11	TRANSMISSÃO DE DADOS (USB e/ou WIFI Bluetooth)	SIM (USB E WIFI)	SIM (USB)	SIM (USB)	SIM (BLUETOOTH E USB)	SIM (USB)
12	PESO <7,5Kg	SIM (6,5Kg)	SIM (6,7Kg)	SIM (7Kg)	SIM (7,2Kg)	SIM (4Kg)
13	PROTEÇÃO IP44 OU SUPERIOR	SIM (IP44)	SIM (IP55)	SIM (IP44)	SIM (IP55)	NÃO (IP33)
14	CERTIFICAÇÃO DE SEGURANÇA ELÉTRICA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
15	CERTIFICAÇÃO DE VIBRAÇÃO (oximetria)	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
16	CERTIFICAÇÃO DE VIBRAÇÃO (uso em ambulância)	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
17	SUPORTE À VARIAÇÃO DE TEMPERATURA (DE 0°C a 50°C)	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
18	MEMÓRIA INTERNA (no mínimos dos últimos 10 atendimentos)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
19	IDIOMA (Português BR)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

3.1.1 Contratações similares feitas por outros Órgãos/Entidades

Realizou-se pesquisa de benchmarking para avaliação das formas de compras públicas selecionadas pelos Órgãos Públicos para aquisição dos itens relacionados nesse ETP.

3.1.2 Audiência Pública

Não há necessidade de audiência pública para a definição da solução mais adequada em relação aos itens elencados no presente estudo.

3.1.3 Análises de contratações anteriores do CBMERJ

Não foram identificadas contratações anteriores formalizadas pelo próprio CBMERJ para o atendimento a demandas similares à descrita neste ETP.

3.1.2 Análises de contratações anteriores implementadas por outros Órgãos Públicos

Foi identificada a seguinte contratação formalizada por outros Órgãos Públicos, dos itens 2 e 3 deste processo, com demandas similares às do objeto a ser contratado:

Órgão Público	Ato Administrativo	Data de Realização
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	Identificação: 33781055000135-1-001674/2023	08/12/2023

3.2 Soluções disponíveis no mercado

Com a finalidade de dimensionar o preço praticado no mercado e nortear o orçamento da solução identificada para a pretensa aquisição do objeto deste estudo, verificando dessa forma a viabilidade de recursos suficientes para cobertura da despesa, foi realizada pesquisa de compras públicas realizadas através do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA, Banco de Preços e do Painel de Preços.

Além disso, foi realizada também a pesquisa de preços com fornecedores destes insumos em sítio eletrônico, bem como através de solicitação por email.

Ressalta-se que a pesquisa de mercado desse Estudo Técnico Preliminar destinou-se apenas à comparação entre as possíveis soluções assim como a verificação da viabilidade de recursos para a pretensa aquisição.

3.3 Estimativa preliminar do valor da contratação

Tomando por base as quantidades necessárias para atendimento da demanda e os valores estimados em mapa de apuração (78429058), infere-se que o custo total estimado para aquisição do objeto é de aproximadamente doze milhões, oitocentos e setenta e três mil, duzentos e noventa e três reais e quarenta e nove centavos (R\$ 12.873.293,49).

3.4 Conclusão da Análise de Cenário

Conforme exposto, os cardioversores e acessórios, objetos deste estudo são itens produzidos e comercializados por diversas empresas. Contudo, apenas dois modelos atendem totalmente às necessidades da demanda, são eles: M2 (ZOLL) e o BeneHeart D6 (MINDRAY). Com a aquisição desses itens será realizada a substituição dos aparelhos antigos e obsoletos que estão em uso atualmente, proporcionando um ganho na qualidade de pronta-resposta pelas equipes de saúde do CBMERJ à toda população fluminense. As cotações dos demais modelos consultados, que não estão atendendo à todos os critérios necessários, se encontram em anexo neste processo (78433505).

3.5 Providências a serem adotadas

Não serão necessárias adequações do ambiente.

3.6 Resultados pretendidos

Ao firmar contrato de fornecimento dos objetos em estudo, fica garantido o adequado atendimento pré-hospitalar, assim como o intra-hospitalar, em situações de risco de vida, onde o equipamento em estudo será de fundamental importância. Com isso, a continuidade da prestação do serviço será mantida, atendendo à complexidade que se exige, mantendo a eficiência e qualidade prestados.

3.7 Possíveis impactos ambientais

Considerando que o item 1 deste estudo necessita de bateria para o funcionamento e considerando todo o ciclo de vida dos objetos em estudo, é de suma importância que sejam fornecidos objetos com baixo impacto ambiental, seguindo a normatização vigente acerca de pilhas e baterias (Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008).

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa após o uso pelo consumidor. Portanto, é imprescindível que o fornecedor do objeto em estudo apresente um plano adequado de coleta e descarte dos itens.

3.8 Enquadramento legal

Em respeito ao disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, artigo 28, inciso I c/c artigo 78, inciso IV e considerando a natureza do objeto supracitado e as características do mercado, sugere-se que a contratação seja realizada através de Licitação, na modalidade **Pregão eletrônico**, por meio de **Sistema de Registro de Preços**, com o critério de julgamento de **Menor Preço** por Lote.

Destaca-se que o procedimento proposto tem como principal benefício a adequação de cotas para empenhamento que poderá ser realizada conforme a demanda, de acordo com a necessidade de ativação de novas viaturas do tipo avançadas ao longo da vigência da Ata SRP.

Dessa forma evita-se a formação de estoques muito elevados o que aumentaria o risco de perdas dos produtos por caducidade, além da imobilização dos recursos públicos. Outra vantagem desse sistema é a fixação dos preços pelo período de um ano, ficando a Ata de Registro de Preços à disposição da Administração Pública para, quando e se necessário efetuar a contratação.

A efetivação da relação contratual surgirá apenas com a formalização do pedido, que deverá ser precedido da realização de empenho da despesa, uma vez que a ata de registro de preços, por mais formal e instrumental que seja não tem o condão de estabelecer o grau de vinculação instituído pelos contratos, haja vista os efeitos atribuídos pela ordem jurídica, a que alude o art. 83 da Lei nº 14.133/2021, ao dispor que a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a administração a firmar contratação.

Consideramos, portanto, que a utilização de uma margem de segurança com relação às quantidades requeridas, associada ao SRP e ao ostensivo e eficiente gerenciamento dos estoques, é medida que conjuntamente evita o desabastecimento e minimiza o potencial de prejuízos ao órgão contratante ou danos ao erário.

4. PARCELAMENTO DO OBJETO

A aquisição através de Ata de Registro de Preço garante o parcelamento do objeto em diversas cotas de empenho conforme a necessidade de cada unidade requisitante de durante um ano de vigência. Portanto, aceita-se o parcelamento do objeto.

5. INTENÇÕES DE REGISTRO DE PREÇOS

Para o cumprimento do inciso IV do parágrafo único do Art.7º do Decreto Estadual 48.816/2023, informo não existir Intenções de Registro de Preços-IRPs em andamento e não se faz conveniente nem oportuno a participação em RP vigentes visto a especificidade da contratação desejada.

6. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) considerou a necessidade de contratação do objeto, os requisitos técnicos, legais, ambientais e os do próprio negócio, o mercado em que o objeto se encontra inserido, bem como todos os demais requisitos necessários para a caracterização e quantificação da demanda identificada, bem como o processo de escolha da solução que melhor se adequa à Instituição nesta oportunidade.

Desta forma, entende-se ser **VIÁVEL** a contratação em comento, consoante o inciso XIII do art. 9º da IN nº 58 de 8 de agosto de 2022, da SEGES/ME, e, visando dar início à implementação do objeto aqui delineado, recomenda-se a elaboração de Termo de Referência com base no presente estudo e o encaminhamento para o setor competente para o prosseguimento do feito.

7. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO SIGILO

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas nos presentes Estudos Preliminares DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

8. VINCULAÇÃO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Foi verificado que os objetos do presente Estudo estão inseridos no Plano de Contratações Anual (PCA), de acordo com a Fundamentação legal: Decreto Estadual nº 48.760 de 23 de Outubro de 2023 e Decreto Estadual nº 48.816 de 24 de Novembro de 2023.

9. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

POSTO/GRAD	NOME	RG	Id. Funcional	OBM
Cap BM QOS/Med/08	PABLO DE ALMEIDA QUESADO	44.535	4152911	DGSE
1º Ten BM QOS/Enf/08	ANA CAROLINA BRITO DE ARAUJO DIAS	42.024	4340725-0	DGSE
3º Sgt BM Q06/AxE/08	FÁBIO PENHA TEIXEIRA PECENE	42.661	4339886	DGSE

Aprovo o presente:

ALINE DE OLIVEIRA NASCIMENTO

RG: 28.275 Id. Funcional: 613908-6

Cel BM QOS/Med/00

Chefe da 6ª Seção do Estado Maior

RODRIGO HESPANHOL DE MENEZES

Cel BM QOS/Méd/00

RG 0028.312 Id. Funcional 002666553-0

Diretor Geral de Socorro de Emergência

GUSTAVO SOARES DE MOURA PIERRO

RG: 28.292 Id. Funcional 00663404-0

Cel BM QOS/Méd/00

Diretor Geral de Saúde

10. INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

Os membros da Comissão de Recebimento de Material da **BM6** estão indicados na tabela a seguir:

POSTO/GRADUAÇÃO	NOME COMPLETO	RG
Ten Cel BM QOS/Méd/00	GILLIANA CORDEIRO DOS SANTOS RISCADO	RG 28.342
Maj BM QOS/Méd/02	ROSANNA VILARDO MANNARINO	RG 32.224
Cap BM QOS/Méd/08	THIAGO OLIVEIRA DE BRITO CUNHA	RG 44.567

Os membros da **DGSE** estão indicados na tabela a seguir:

POSTO/GRADUAÇÃO	NOME COMPLETO	RG
MAJ BM QOS/FARM/08	RODRIGO TONIONI VIEIRA	44.622
CAP BM QOS/FARM/08	EDUARDO POMBO DO NASCIMENTO	41.708
1º TEN BM/QOA/98	MARCUS MERCÊS DANTAS	24.088
SUBTEN BM Q06/AXE/94	ADRIANA FIDÉLIS DA CONCEIÇÃO	18.537

Os membros da **DGS** estão indicados na tabela a seguir:

POSTO/GRADUAÇÃO	NOME COMPLETO	RG	ID FUNCIONAL
MAJ BM QOS/FARM/08	MARCIO RODRIGUES CORREA	41.728	004339238
CAP BM QOS/MED/08	ALEXANDRE DE BUSTAMANTE PALLOTTINO	41.557	0043392504
1º TEN BM QOS/ENF/08	DANIEL LOURENÇO SILVA	42.106	004340294
1º SGT BM Q06/AXE/00	MARCELO MACHADO FRANCO	27006	002593764

10. ANEXOS

ANEXO 1 - MAPA DE RISCO: O estudo detalhado dos riscos relativos à fase interna para **aquisição de cardioversor e pás de DEA**, bem como a descrição das ações para mitigar esses riscos estão apresentados através da matriz de risco em anexo.

RISCOS DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE CARDIOVERSOR E PÁS DE DEA

Risco 1:	Atraso da fase interna do processo licitatório por redução da equipe de trabalho
Probabilidade: Média	
Dano Descumprimento do cronograma estabelecido	Impacto Alto
Ação Preventiva Treinar militares em todas as etapas do processo da fase interna e elaborar planilhas de controle	Responsável Equipe de Planejamento de Contratação
Ação de Contingência Solicitar ao auxílio de militares com experiência para continuidade do trabalho	Responsável Equipe de Planejamento de Aquisição
Risco 2:	Mudança do Ordenador de despesa
Probabilidade: Baixa	
Dano Alteração dos critérios de trabalho	Impacto Médio
Ação preventiva Registrar e justificar de forma adequada todas as ações solicitadas	Responsável Equipe de Planejamento de Contratação
Ação de contingência Adequar as etapas solicitadas	Responsável Equipe de Planejamento de Contratação

RISCOS DA SOLUÇÃO APRESENTADA

Risco 1:	Inadimplência da contratada
Probabilidade: Médio	
Dano Desabastecimento	Impacto Alto
Ação preventiva Manter contato contínuo com a contratada e fiscalizar a execução das entregas	Responsável Comissão de Fiscalização de Contrato
Ação de contingência Aquisição emergencial do item	Responsável DGAF
Risco 2:	Itens desertos/fracassados
Probabilidade Médio	

Dano
Atraso na aquisição do item
Ação preventiva

Impacto
Alto
Responsável

Elaborar Termo de Referência adequado e dentro das normas com descrição do item e criteriosa pesquisa de mercado Equipe de Planejamento de Contratação

Ação de contingência
Aquisição emergencial do item

Responsável
DGAF

ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS ANEXO – III PROPOSTA DETALHE	Licitação por Pregão Eletrônico n.º / 2024. A Realizar-se em XX/XX/2024 às horas. Requisição n.º.: PAM SRP 0068/2024 DE 29/08/2024 Processo n.º.: SEI-270006/003470/2024
A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Estado do Rio de Janeiro, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL n.º. / 2024.	CARIMBO DA FIRMA

LOTE	ITEM	ID SIGA	ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	UN MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA MODELO	PREÇO C/ ICMS		PREÇO S/ ICMS	
							UNIT.	TOTAL	UNIT	TOTAL
ÚNICO	01	185572	DEFIBRILADOR/CARDIOVERSOR, MONITOR: MULTIPARAMETRO (ECG, FREQUENCIA CARDIACA E RESPIRATORIA, SpO2, PNI, TEMPERATURA E CAPNOGRAFIA), COM TRANSMISSAO DE DADOS WI-FI E/OU BLUETOOTH, IMPRESSAO TERMICA E FEEDBACK DO RCP, CARGA: AJUSTAVEL 5~200 J, TENSAO: BIFASICO, TIPO BATERIA: RECARREGAVEL, REMOVIVEL E BIVOLT, LIMITACAO ENERGIA PAS: 1 ~200 J, TIPO: MARCAPASSO TRANSCUTANEO E CARDIOVERSOR / DEFIBRILADOR DE TRANSPORTE, MODELO: MANUAL E SEMI-AUTOMATICO, QUANTIDADE PA: PAS RIGIDAS EXTERNAS ADULTO E PEDIATRICO, VISOR: DISPLAY LCD, MONITOR:ECG 12 DERIVACOES, FC, OXIMETRIA, FR, PNI, ETCO2, TAMANHO VISOR: 5,5 ATE 8,5 POLEGADAS, ENERGIA DESCARGA: 5 ~ 200 J, TEMPO CARREGAMENTO: ATÉ 10 SEGUNDOS NA CARGA MAXIMA, DESCARGA: AUTOMATICA, TAXA ESTIMULACAO: 30~170 BPM, CARDIOVERSAO SINCRONIZADA E NAO SINCRONIZADA, CORRENTE SAIDA: ESTIMULO DE 0~140 MA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Cód do Item: 6518.019.0026	UN	131					
	02	183213	ELETRODO, TIPO: DESCARTAVEL, FIXACAO: AUTOADESIVA, MODELO: MULTIFUNCAO, CABO: INTERLIGADOS, TAMANHO: ADULTO, COMPATIVEL: CARDIOVERSOR/DEFIBRILADOR, FORMA FORNECIMENTO: PAR Cód do Item: 6515.337.0093	PAR	598					
	03	183214	ELETRODO, TIPO: DESCARTAVEL, FIXACAO: AUTOADESIVA, MODELO: MULTIFUNCAO, CABO: INTERLIGADOS, TAMANHO: INFANTIL, COMPATIVEL: CARDIOVERSOR/DEFIBRILADOR, FORMA FORNECIMENTO: PAR Cód do Item: 6515.337.0094	PAR	227					

OBSERVAÇÕES

1ª. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sem emendas e rasuras; conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais;

2ª O Proponente se obrigará, mediante o envio da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos.

3ª A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser devolvida até a hora e data marcadas.

4ª A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.

Prazo de Entrega: Conforme edital.

Validade da Proposta: xxxxxxxxxxxx dias.

Local de Entrega: Conforme edital e ANEXO IX - D.

Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.

Em, ____ / ____ / ____

Firma Proponente

ANEXO IV - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

ANEXO IV

A - Documentação exigida para Habilitação

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 Pessoa física - cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

1.2 Empresário individual - inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldomicroempreendedor.gov.br

1.4 Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

1.5 Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País - portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020 ou norma posterior que regule a matéria.

1.6 Sociedade Simples - inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

1.8 Sociedade Cooperativa - ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, demonstrando que a sua constituição e funcionamento observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

1.9 Item excluído por se tratar de registro ou autorização de funcionamento (item não requisitado pelo órgão técnico).

1.10 Quando cabível, os documentos apresentados devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

2.1 Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

2.2 Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

2.3 Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

2.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição. **(anexo VI)**

2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital <OU> municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

2.6.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, eis que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre tais requisitos.

2.7 Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, mediante a apresentação de:

2.7.1 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda; e

2.7.2 Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.

2.8 Regularidade com a Fazenda Estadual <OU> Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, com a apresentação, conforme o caso, de:

2.8.1 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações;

2.8.2 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

2.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais <OU> municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.10 Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2016, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagra vencedora no certame.

2.10.1 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, na forma do art. 42, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2016.

2.10.2 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

2.10.3 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, na forma do § 2º, do art. 42, da Lei Complementar nº 123/2016, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Aviso.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

3.1.1 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

3.2 a 3.4 **Item suprimido da Minuta Padrão da PGE por se tratar de Balanço Patrimonial, não requisitado para este objeto.**

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1 Prova de atendimento aos requisitos de Qualificação Técnica, previstos na Lei nº 14.133/2021, conforme itens:

4.2 Comprovação de aptidão para a aquisição de bens, de acordo com as características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **conforme item 4.2 do Termo de Referência:**

4.2.1 **Apresentar ao menos 01 (um) atestado de capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto deste Termo de Referência e respeitando os limites legais do art.67 da Lei Federal nº 14.133/21.**

4.2.2 **Certificado de Registro do Produto emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou cópia da publicação do registro no Diário Oficial da União. Será permitida a apresentação de cópia autenticada do protocolo de pedido de revalidação do registro junto à ANVISA, desde que tenha sido requerido nos termos do §6º do artigo 12 da Lei nº 6.360/76, em nome da licitante;**

4.2.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

4.3 **Item suprimido da Minuta Padrão da PGE por se tratar da apresentação do AR dos profissionais.**

4.4 **Item suprimido da Minuta Padrão da PGE por se tratar de Vistoria Técnica.**

5. COOPERATIVAS

Item suprimido da Minuta Padrão da PGE, conforme justificativa no item 15.15 do Termo de Referência.

ANEXO IV

B - Roteiro de Avaliação de Amostras

N	Item 1 - Cardioversor/Desfibrilador	SIM	NÃO
1	Possui as dimensões máximas de 34 cm de largura, 24 cm de profundidade, 35 cm de altura?		
2	Possui peso máximo de 7,5 Kg?		
3	Possui alça de transporte?		
4	Arquivar ao menos os últimos 10 (dez) eventos com data e hora?		
5	Realiza monitorização cardíaca, desfibrilação externa sincronizada e não sincronizada, cardioversão sincronizada e marca-passo externo não invasivo para pacientes adultos e pediátricos?		
6	É bifásico, com carga ajustável que abranja no mínimo a faixa de 5 a 200 J, com indicação visual da carga selecionada?		
7	É portátil, em corpo único?		
8	É adequado para o uso em ambulâncias?		
9	Possui certificado que comprove resistência à vibração, inclusive para oximetria?		
10	Possui certificado para choque e queda?		
11	É robusto?		
12	O Gabinete (carcaça do equipamento) tem sistema de isolamento elétrico?		
13	O circuito de amplificação do monitor é protegido contra danos causados pela descarga do desfibrilador?		
14	A interface do equipamento é em português BR?		
15	Possibilita a realização de cardioversão sincronizada, com botão de sincronismo? Indica na tela a energia entregue?		
16	Possui função de desfibrilação externa através de pás adesivas?		
17	Possui funcionalidade para uso tanto no modo manual, quanto no modo semiautomático com mensagens de texto e voz?		
18	O tempo total de carregamento na carga máxima é de até 10 segundos?		
19	Anula carga manualmente?		
20	A descarga automática ocorre dentro de 2 (dois) minutos se não for descarregado pelo operador?		
21	Possui função de monitoração de ECG com acompanhamento visual dos sinais cardíacos?		
22	Possui tela digital em cristal líquido ou tecnologia similar com mínimo de 5,5 polegadas?		
23	A velocidade do traçado da curva do ECG na tela é nas velocidades de 25 mm/s e 50 mm/s?		

24	Apresenta a frequência cardíaca em display específico ou na tela do monitor?		
25	A aquisição dos sinais cardíacos é feita por intermédio das pás de desfibrilação, das pás adesivas do marca-passo externo não-invasivo e dos eletrodos tradicionais de ECG?		
26	A velocidade de impressão do sinal de ECG é de 25 mm/s?		
27	Permite aquisição de derivações simultâneas: I, II, III, aVR, aVL, aVF, V1, V2, V3, V4, V5 e V6?		
28	Imprimi automaticamente as 12 derivações?		
29	Permite a transmissão dos dados via USB e/ou WiFi/Bluetooth?		
30	Apresenta monitoração de oximetria?		
31	Apresenta monitoração de pressão não invasiva?		
32	Apresenta monitoração da capnografia com medições do EtCO2?		
33	Apresenta monitorização de temperatura central e periférica?		
34	Possui feedback de RCP em tempo real (visual e sonoro)?		
35	Possibilita aplicação de marca-passo externo transtorácico não invasivo?		
36	O marcapasso possui corrente de estímulo variando de 0 até 140 mA pelo menos?		
37	O marcapasso possui modos de operação de demanda e assíncrono?		
38	O marcapasso abrange a frequência na faixa de 40 a 170 bpm (batimentos cardíacos por minuto)?		
39	A bateria recarregável é facilmente removível?		
40	A bateria é de lítio com alarme de baixa carga da bateria?		
41	A bateria possui indicação de situação da bateria, de carregamento e de carga total?		
42	A bateria possui duração mínima de 60 minutos em modo monitor e/ou de 40 choques em 360 joules, sem necessitar de recarga neste período?		
43	O equipamento inclui todos os acessórios necessários para a completa utilização do aparelho, com todas as funções?		
44	Possui garantia mínima de 1 ano para aparelho e 90 dias para acessórios?		
N	Item 2 - Pá adesiva multifunção adulto descartável	SIM	NÃO
1	É compatível com o item 1?		
2	Possui garantia mínima de 90 dias?		
N	Item 3 - Pá adesiva multifunção infantil descartável	SIM	NÃO
1	É compatível com o item 1?		
2	Possui garantia mínima de 90 dias?		

ANEXO V – ORÇAMENTO ESTIMADO (PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS)

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO V

**Planilha Orçamento Estimado
(Preços Máximos Admitidos)**

LOTE	ITEM	ID SIGA	ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	UN MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO EM REAIS	VALOR TOTAL DO ITEM EM REAIS
------	------	---------	---------------------------	--------------	------------	-------------------------------	------------------------------------

ÚNICO	01	185572	DESFIBRILADOR/CARDIOVERSOR, MONITOR: MULTIPARAMETRO (ECG, FREQUENCIA CARDIACA E RESPIRATORIA, SpO2, PNI, TEMPERATURA E CAPNOGRAFIA), COM TRANSMISSAO DE DADOS WI-FI E/OU BLUETOOTH, IMPRESSAO TERMICA E FEEDBACK DO RCP, CARGA: AJUSTAVEL 5~200 J, TENSAO: BIFASICO, TIPO BATERIA: RECARREGAVEL, REMOVIVEL E BIVOLT, LIMITACAO ENERGIA PAS: 1 ~200 J, TIPO: MARCAPASSO TRANSCUTANEO E CARDIOVERSOR / DESFIBRILADOR DE TRANSPORTE, MODELO: MANUAL E SEMI-AUTOMATICO, QUANTIDADE PA: PAS RIGIDAS EXTERNAS ADULTO E PEDIATRICO, VISOR: DISPLAY LCD, MONITOR: ECG 12 DERIVACOES, FC, OXIMETRIA, FR, PNI, ETCO2, TAMANHO VISOR: 5,5 ATE 8,5 POLEGADAS, ENERGIA DESCARGA: 5 ~ 200 J, TEMPO CARREGAMENTO: ATÉ 10 SEGUNDOS NA CARGA MAXIMA, DESCARGA: AUTOMATICA, TAXA ESTIMULACAO: 30~170 BPM, CARDIOVERSAO SINCRONIZADA E NAO SINCRONIZADA, CORRENTE SAIDA: ESTIMULO DE 0~140 MA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Cód do Item: 6518.019.0026	UN	131	RS86.039,5725	RS11.271.183,9975
	02	183213	ELETRODO, TIPO: DESCARTAVEL, FIXACAO: AUTOADESIVA, MODELO: MULTIFUNCAO, CABO: INTERLIGADOS, TAMANHO: ADULTO, COMPATIVEL: CARDIOVERSOR/DESFIBRILADOR, FORMA FORNECIMENTO: PAR Cód do Item: 6515.337.0093	PAR	598	RS369,4385	RS220.924,223
	03	183214	ELETRODO, TIPO: DESCARTAVEL, FIXACAO: AUTOADESIVA, MODELO: MULTIFUNCAO, CABO: INTERLIGADOS, TAMANHO: INFANTIL, COMPATIVEL: CARDIOVERSOR/DESFIBRILADOR, FORMA FORNECIMENTO: PAR Cód do Item: 6515.337.0094	PAR	227	RS489,1700	RS111.041,59
VALOR TOTAL							RS11.603.149,79

ANEXO VI – CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO VI

Cumprimento de Exigências Legais
(referente ao item 3 do instrumento editalício e demais exigências legais previstas)

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Pregoeiro ou Agente de Contratação:

Ref. (Pregão ou concorrência) nº xx/2024

(Entidade), inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a), inscrito(a) no CPF sob o nº, portador da cédula de identidade nº, expedida por,

DECLARA, sob as penas da Lei, que:

() está ciente e concorda com as **condições contidas no edital e seus anexos**, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos **direitos trabalhistas** assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os **requisitos de habilitação** definidos no instrumento convocatório;

() não emprega **menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

() não possui empregados executando **trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art 1º e no inciso III do art 5º da Constituição Federal;

() cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas (Lei Estadual nº 7.258 de 12.04.16);

- () até 200 empregados..... 2%;
- () de 201 a 500..... 3%;
- () de 501 a 1.000..... 4%;
- () de 1.001 em diante. 5%.

Desta forma, são o número de empregados registrados nesta empresa, sendo o quantitativo de empregados beneficiários da previdência social reabilitado ou portadores de deficiência.

() cumpre as exigências de **elaboração independente de proposta** previstas no Decreto nº 43.150, de 24 de agosto de 2011, incluindo:

- a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
 - b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
 - c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
 - d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
 - e) que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido do ÓRGÃO LICITANTE antes da abertura oficial das propostas e;
 - f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
6. Caso o objeto seja uma prestação de serviços, que cumpre a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei estadual nº 7.382, de 14 de junho de 2016.

() que não foram aplicadas **penalidades** de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar cujos efeitos ainda vigorem e sejam aplicáveis no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

() que atesta, no que for aplicável, o atendimento à **política pública ambiental de licitação sustentável**, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

() é **microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou cooperativa** enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cumprindo, assim, os requisitos legais para tal qualificação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, conforme _____ (a **empresa deverá preencher o dispositivo legal que lhe confere o tratamento privilegiado por lei ou Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE)**), e que não possui quaisquer dos impedimentos da referida norma, estando apta a exercer o direito de tratamento privilegiado na forma prevista pela legislação em vigor.

() cumpre as exigências de previsão de **percentual mínimo de mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação constituído por mulheres vítimas de violência doméstica**, em atendimento ao Decreto 11.430 de 08 de março de 2023, e **oriundos ou egressos do sistema prisional**, de acordo com o Decreto 11.843 de 21 de dezembro de 2023, e nos termos do regulamento específico, conforme dispõe o §9º do Art. 25 da Lei 14.133, de 2021, quando cabível.

Desta forma, o declarante está ciente que **responderá pela veracidade das informações prestadas**, na forma da lei.

ENTIDADE
nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO VII – INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À CONTRATAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO VII

Informações necessárias à Contratação

Local e data
Ao

Pregoeiro ou Agente de Contratação:
Ref. (Pregão ou concorrência) nº xx/2024

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data
À/Ao

(Entidade), inscrita no CNPJ sob o nº , sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) , inscrito(a) no CPF sob o nº , portador da cédula de identidade nº , expedida por , **DECLARA**, caso seja vencedora da licitação, as seguintes informações:

DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

Nome Completo:	
CPF:	
RG:	
Telefone com DDD:	
E-mail:	
Endereço:	

DADOS DO PREPOSTO

Nome Completo:	
CPF:	
RG:	
Telefone com DDD:	
E-mail:	
Endereço:	

ENTIDADE
nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO VIII – FICHA DE DECLARAÇÃO PARA CRÉDITO EM CONTA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO VIII

Ficha de Declaração para Crédito em Conta
(Art. 2º do Decreto nº 999, de 17.11.76)

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO: CIDADE:

CEP: ESTADO:

FAX:

E-MAIL:

INSC. ESTADUAL: INSC. MUN.:

BANCO BRADESCO:

CONTA BANCÁRIA:

AGÊNCIA:

O abaixo assinado declara-se titular da conta bancária com as características acima, onde deverão ser creditadas as importâncias que lhe são devidas por esse órgão. Declara, outrossim, estar ciente das disposições do Art. 2º do Decreto nº 999, de 17/11/76, com as quais está de pleno acordo.

LOCAL E DATA:

Assinatura (s) autoridade (s)

VISTO DA AGENCIA BANCÁRIA:

ANEXO IX – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IX
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Defesa Civil
Superintendência Administrativa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE **CARDIOVERSOR / DESFIBRILADOR DE TRANSPORTE E ELETRODOS** QUE FIRMAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O(S) FORNECEDOR(ES) ABAIXO INDICADO(S)

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº _____ com sede situada na Praça da República, nº 45, Centro, Rio de Janeiro, RJ, neste ato representada pelo(a) (cargo e nome), portador da Identidade Funcionária nº, considerando o resultado da licitação nº/2024, publicada no de/...../2024 para **REGISTRO DE PREÇOS**, processo administrativo nº **270006/003470/2024**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação nº/2024, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2023, e no Decreto nº 48.843, de 13 de dezembro de 2023, e nos demais normativos estaduais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico redelog.rj.gov.br/redelog/legislaticoes/, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual **Aquisição de Cardioversor/desfibrilador de transporte e Eletrodos, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro**, especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência (Anexo I), que é parte integrante desta Ata, assim como proposta(s) com preço(s) ora registrado(s), independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de **Aquisição de Cardioversor/desfibrilador de transporte e Eletrodos**, para eventual futura contratação, nos termos definidos no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.

2.2 A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do gerenciador e dos participantes, quando houver, e de acordo com o quantitativo indicado na cláusula quinta.

2.3 A Administração poderá realizar licitação ou contratação direta para a aquisição de mesmo objeto da presente Ata, desde que devidamente motivada, observado o disposto no 26, parágrafo único, do Decreto nº 48.843/2023.

2.4 Esta Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal de Compras do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECEDOR, DO GERENCIADOR, DOS PARTICIPANTES E DAS ATRIBUIÇÕES

3.1 O(s) fornecedor(es) desta Ata de Registro de Preços é(são) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (indicar a(s) sociedade(s) empresária(s), na forma do (Anexo XI -A)** – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços.

3.1.1 O fornecedor registrado deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

3.2 O gerenciador desta Ata de Registro de Preços é **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL (CBMERJ/SEDEC)**.

3.2.1 São atribuições do gerenciador:

- a) aferir, semestralmente, a compatibilidade dos preços registrados com os efetivamente praticados;
- b) divulgar os preços registrados e suas atualizações no Portal de Compras do Estado do Rio de Janeiro;
- c) praticar todos os atos de controle e gerenciamento dos quantitativos das Atas de Registro de Preços e de seus saldos, das solicitações de adesão e do remanejamento de quantidades;
- d) gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade obedecendo à ordem de classificação do certame e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da respectiva ata;
- e) deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não manifestaram interesse em participar do registro de preços durante o período de divulgação da Intenção de Registro de Preços;
- f) convocar os proponentes remanescentes, nas hipóteses autorizadas por esta Ata e pelo Decreto nº 48.843/2023, observada a ordem de classificação;
- g) conduzir as alterações ou as atualizações dos preços registrados; e
- h) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do disposto no Decreto nº 48.817/2023, no 1º de novembro de 2023, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

3.3 São participantes os órgãos ou entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado do Rio de Janeiro, conforme relação constante do **Anexo IX - A**.

3.3.1 São atribuições dos participantes:

- a) auxiliar tecnicamente, por solicitação do gerenciador, as atividades previstas nos incisos VIII, IX e XI do caput do art. 6º do Decreto nº 48.843/2023;
- b) tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- c) prestar informações, quando solicitadas, ao gerenciador quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade;
- d) informar ao gerenciador a eventual recusa do contratado em atender às condições estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens adjudicados; e
- e) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133/2021, e o disposto no Decreto nº 48.817/2023, no 1º de novembro de 2023, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA QUARTA: DOS NÃO-PARTICIPANTES

4.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser aderida por qualquer órgão ou entidade do Estado, que não tenha participado do certame ora denominados não-participantes.

4.2 Podem também ser considerados não-participantes os órgãos ou entidades municipais, distritais, de outros estados e federais, resguardadas as disposições de cada ente.

4.3 Os não-participantes poderão aderir a esta Ata de Registro de Preços, desde que observados os seguintes requisitos, cumulativamente:

- 4.3.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.3.2 apresentação de estudo que demonstre eficiência, viabilidade e economicidade para a Administração contratante;
- 4.3.3 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e
- 4.3.4 prévia consulta e aceitação do gerenciador e do fornecedor.

4.4 O fornecedor poderá optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras derivadas da Ata, assumidas com o gerenciador e os participantes, quando houver.

4.5 Após a autorização do gerenciador, o não-participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

4.5.1 O prazo acima poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante justificativa e autorização pelo gerenciador, e requerimento do não-participante, respeitado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.6 São atribuições dos não-participantes:

- a) aceitar todas as condições fixadas na Ata de Registro de Preços;
- b) tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- c) prestar informações, quando solicitadas, ao gerenciador quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade;
- d) informar ao gerenciador a eventual recusa do contratado em atender às condições estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, firmadas na Ata de Registro de Preços, bem como as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens adjudicados; e
- e) promover a correta gestão, fiscalização e execução contratual, nos termos do Capítulo VI do Título III da Lei nº 14.133/2021, e o disposto no Decreto nº 48.817/2023, no 1º de novembro de 2023, no Termo de Referência e no contrato, com relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA QUINTA – DO QUANTITATIVO

5.1 As quantidades estimadas para a contratação, conforme descrição no Termo de Referência - **Anexo I** do edital e reunidas no **Anexo IX - A**: Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços, são as seguintes:

- a) previsão de contratação pelo gerenciador e pelos participantes, quando houver: **Anexo IX - A**.
- b) previsão de contratação pelos não-participantes: na forma estabelecida pelo Artigo 33 Parágrafo 2º e 3º do Decreto nº 48843, de 13 de dezembro de 2023.

5.2 As quantidades dos itens indicadas nas alíneas a e b do item 5.1 são meramente estimativas e não implicam obrigatoriedade de contratação pelo gerenciador e pelos participantes quando houver, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.3 As contratações adicionais de que trata o item 4 não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados no Termo de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes, quando houver.

5.3.1 O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado nesta Ata p

gerenciador e pelos participantes, quando houver, independentemente do número de órgãos ou entidades não-participantes que aderirem.

5.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.5 As quantidades previstas na Ata de Registro de Preços para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas, pelo gerenciador, entre os participantes do procedimento para registro de preços, quando houver.

5.5.1 Caberá ao gerenciador autorizar o remanejamento, com a transferência dos quantitativos entre os participantes, desde que haja anuência daquele que vier a sofrer a redução quantitativos informados.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO REGISTRADO

6.1 O preço unitário de cada item registrado é o constante da(s) proposta(s) final(is), cujos valores estão reunidos no **Anexo IX - A: Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços**.

6.2 Os preços registrados poderão ser revistos e alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, ou serviços registrados, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, na ordem de classificação.

6.3.1 Caso o(s) fornecedor(es) cadastrado(s) para o item ou lote não aceite(m) reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado deverá(ão) ser liberado(s) do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2 Havendo a liberação do(s) fornecedor(es), nos termos do item 6.3.1, o órgão gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no art. 19, § 3º, do Decreto nº 48.843/2023.

6.3.3 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.3.4 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 32 do Decreto nº 48.843/2023 cláusula décima desta Ata, com a adoção das medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.3.5 Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, será facultado requerer ao gerenciador a alteração dos preços registrados, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente impossibilite de cumprir o compromisso.

6.4.1 O fornecedor deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas, cabendo ao gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2 Na hipótese de deferimento do pedido, o gerenciador procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.4.3 O fornecedor do compromisso assumido poderá ser liberado pelo gerenciador, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidades administrativas, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

6.4.4 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do art. 31 do Decreto nº 48.843/2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, e em outras legislações aplicáveis.

6.4.4.1 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 6.4.4, o gerenciador deverá convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no art. 19, § 3º, do Decreto nº 48.843/2023.

6.4.4.2 Não havendo êxito nas negociações, o gerenciador deverá proceder ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.5 Os novos valores a serem registrados, conforme itens 6.3.5 e 6.4.2, deverão ser formalizados mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

6.6 Os preços registrados poderão, ainda, ser reajustados ou repactuados, conforme estabelecido no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.6.1 O reajustamento ou repactuação poderá ser efetuado mediante apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os locais de entrega dos bens objeto do registro de preços estão listados, **conforme item 5.5 do Termo de Referência**.

CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

8.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, mediante termo aditivo, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos observados os seguintes requisitos:

8.2.1 somente o saldo remanescente será mantido;

8.2.2 deverá ser indicado expressamente o prazo de prorrogação; e

8.2.3 deverá ser confirmado se os preços registrados permanecem atualizados, por meio de pesquisa de preços realizada na forma do Decreto nº 48.816, de 24 de novembro de 2023.

CLÁUSULA NONA: DO CADASTRO DE RESERVA

9.1 Fazem parte do Cadastro de Reserva os proponentes que aceitaram cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do proponente vencedor do certame, observada a ordem de classificação, e os proponentes que mantiveram sua proposta original, conforme informações reunidas no **Anexo IX - B : Cadastro de Reserva**.

9.2 A ordem de classificação dos registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo ao gerenciador realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços para a sua atualização.

9.3 A habilitação dos proponentes que irão compor o Cadastro de Reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos proponentes remanescentes na forma do parágrafo 3º do art. 19 do Decreto nº 48.843/2023.

9.4 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, quando houver o Termo de Referência, convocar os proponentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo proponente classificado.

9.5 O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do fornecedor da Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

a) cancelamento do registro do fornecedor, nas hipóteses previstas na cláusula décima; ou

b) cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28, § 4º, 29 e 31, do Decreto nº 48.843/2023, e itens 6.3.4 e 6.4 da cláusula sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) forem descumpridas as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) não assinar o contrato ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, observado os parágrafos 4º e 5º do referido dispositivo.

10.2 Na hipótese de que trata a alínea d do item 10.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata, poderá o gerenciador, desde que não responsável pela aplicação da sanção, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços.

10.3 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas das alíneas a, b e d do item 10.1 será formalizado por decisão do gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

11.1 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- c) a pedido do fornecedor, decorrente de fato superveniente, de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e condições do ajuste, inclusive, o prazo de vigência dos contratos a serem celebrados, a garantia, o pagamento, o reajuste ou repactuação, encontram-se definidos no instrumento convocatório, quando houver, no Termo de Referência e no contrato.

12.1.1 Os contratos decorrentes de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 A contratação realizada pelo gerenciador e pelos participantes será formalizada, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, por intermédio de **instrumento contratual (Anexo X)**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório, quando houver, e no Termo de Referência.

13.2 Compete ao gerenciador aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços e do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

13.3 Compete aos participantes e aos não-participantes aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contra em relação às suas próprias contratações, e promover as publicações, encaminhamentos e registros cabíveis.

13.4 A aplicação das penalidades deverá observar o procedimento estabelecido no instrumento convocatório e contrato, quando houver, e no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 Os recursos necessários para as contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão por conta da Natureza da Despesa e do Programa de Trabalho próprio do gerenciador, dos participantes e dos não-participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

15.1 Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada aos demais órgãos participantes.

Rio de Janeiro, de de 2024.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO (OU ENTIDADE)
ÓRGÃO GERENCIADOR
ORDENADOR DE DESPESA

FORNECEDOR
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Integram esta Ata de Registro de Preços, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO IX - A – Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços

ANEXO IX - B – Cadastro de Reserva

ANEXO IX - C – Relação de órgãos/entidades participantes

ANEXO IX - D - Locais de Entrega dos Bens

ANEXO IX- A - CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO IX-A

CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/____

OBJETO: SRP PARA AQUISIÇÃO DE CARDIOVERSOR / DESFIBRILADOR DE TRANSPORTE E ELETRODOS

ÓRGÃO GERENCIADOR: 166100 - FUNESBOM - FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS

ÓRGÃO PARTICIPANTE: 266500 - FUNESPOM - FUNDO ESPECIAL DA POLÍCIA MILITAR RJ

LOTE	ITEM	ID SIGA	ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	UN MEDIDA	QUANTIDADE	QUANTIDADE FUNESBOM	QUANTIDADE SEPM	QUANTIDADE TOTAL REGISTRADA	PREÇ UNITÁ
ÚNICO	01	185572	<p>DESFIBRILADOR/CARDIOVERSOR, MONITOR: MULTIPARAMETRO (ECG, FREQUENCIA CARDIACA E RESPIRATORIA, SpO2, PNI, TEMPERATURA E CAPNOGRAFIA), COM TRANSMISSAO DE DADOS WI-FI E/OU BLUETOOTH, IMPRESSAO TERMICA E FEEDBACK DO RCP, CARGA: AJUSTAVEL 5~200 J, TENSAO: BIFASICO, TIPO BATERIA: RECARREGAVEL, REMOVIVEL E BIVOLT, LIMITACAO ENERGIA PAS: 1 ~200 J, TIPO: MARCAPASSO TRANSCUTANEO E CARDIOVERSOR / DESFIBRILADOR DE TRANSPORTE, MODELO: MANUAL E SEMI-AUTOMATICO, QUANTIDADE PA: PAS RIGIDAS EXTERNAS ADULTO E PEDIATRICO, VISOR: DISPLAY LCD, MONITOR:ECG 12 DERIVACOES, FC, OXIMETRIA, FR, PNI, ETCO2, TAMANHO VISOR: 5,5 ATE 8,5 POLEGADAS, ENERGIA DESCARGA: 5 ~ 200 J, TEMPO CARREGAMENTO: ATÉ 10 SEGUNDOS NA CARGA MAXIMA, DESCARGA: AUTOMATICA, TAXA ESTIMULACAO: 30~170 BPM, CARDIOVERSAO SINCRONIZADA E NAO SINCRONIZADA, CORRENTE SAIDA: ESTIMULO DE 0~140 MA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE</p> <p>Cód do Item: 6518.019.0026</p>	UN		103	28	131	
	02	183213	<p>ELETRODO, TIPO: DESCARTAVEL, FIXACAO: AUTOADESIVA, MODELO: MULTIFUNCAO, CABO: INTERLIGADOS, TAMANHO: ADULTO, COMPATIVEL: CARDIOVERSOR/DESFIBRILADOR, FORMA FORNECIMENTO: PAR</p> <p>Cód do Item: 6515.337.0093</p>	PAR		163	435	598	
	03	183214	<p>ELETRODO, TIPO: DESCARTAVEL, FIXACAO: AUTOADESIVA, MODELO: MULTIFUNCAO, CABO: INTERLIGADOS, TAMANHO: INFANTIL, COMPATIVEL: CARDIOVERSOR/DESFIBRILADOR, FORMA FORNECIMENTO: PAR</p> <p>Cód do Item: 6515.337.0094</p>	PAR		159	68	227	

ANEXO IX- B - CADASTRO DE RESERVA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO IX-B
CADASTRO DE RESERVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/____

OBJETO: SRP PARA AQUISIÇÃO DE **CARDIOVERSOR / DESFIBRILADOR DE TRANSPORTE E ELETRODOS**

ÓRGÃO GERENCIADOR: 166100 - FUNESBOM - FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS

ÓRGÃO PARTICIPANTE: 266500 - FUNESPOM - FUNDO ESPECIAL DA POLÍCIA MILITAR RJ

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 1: empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNF sob o nº _____, daqui por diante denominada FORNECEDOR, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____ Cidade _____;

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 2: empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNF sob o nº _____, daqui por diante denominada FORNECEDOR, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____ Cidade _____;

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 3: empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNF sob o nº _____, daqui por diante denominada FORNECEDOR, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____ Cidade _____;

ANEXO IX - C - RELAÇÃO DE ÓRGÃOS PARTICIPANTES

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO XI-C
RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/____

OBJETO: SRP PARA AQUISIÇÃO DE **CARDIOVERSOR / DESFIBRILADOR DE TRANSPORTE E ELETRODOS**

ÓRGÃO GERENCIADOR: 166100 - FUNESBOM - FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS

ÓRGÃO PARTICIPANTE: 266500 - FUNESPOM - FUNDO ESPECIAL A POLÍCIA MILITAR RJ

ANEXO IX - D - LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO IX-D
LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____ / ____

OBJETO: SRP PARA AQUISIÇÃO DE **CARDIOVERSOR / DESFIBRILADOR DE TRANSPORTE E ELETRODOS**
ÓRGÃO GERENCIADOR: 166100 - FUNESBOM - FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS

FORNECEDOR:

ÓRGÃO GERENCIADOR:

166100 - FUNESBOM - FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS

- DGSE: no **Almoxarifado Médico e Farmácia da DGSE** situado à Av. Bartolomeu de Gusmão, 850 - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, 20941-160, preferencialmente segunda à quinta-feira, de 8 às 15h, em data e horário agendados previamente através dos telefones (21) 2334-2225, (21) 98596-9010.
- DGS: no **Almoxarifado Geral da Diretoria Geral de Saúde** sito à Av. Bartolomeu de Gusmão, Nº 850 - São Cristóvão, RJ. No período compreendido entre 8:00 e 17:00 horas de 2ª a 6ª feira, exceto nos feriados nacionais, da cidade e Estado do Rio de Janeiro. A entrega deverá ser agendada com a chefia deste setor, pelo telefone (21) 2009.

ANEXO X - MINUTA CONTRATUAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE:

266500 - FUNESPOM - FUNDO ESPECIAL DA POLÍCIA MILITAR RJ

- **Centro de Abastecimento de Insumos de Saúde (CABIS)** situado à Rua Bela nº 637/649, Bairro São Cristóvão, Rio de Janeiro, mediante agendamento através do e-mail: cabissepm@gmail.com, obedecendo ao horário compreendido entre 8h00min às 15h00min horas.

prévico

MINUTA CONTRATUAL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATO Nº ____ / 2024

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE **CARDIOVERSOR / DESFIBRILADOR DE TRANSPORTE E ELETRODOS, QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, neste ato pela SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL, com sede na Praça da República, nº 45, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXX, neste ato representada pelo (a) XXXXXXXX (cargo e nome), portador da Identidade Funcional nº XXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE e XXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX neste ato representada por XXXXXXXXXX (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa, doravante denominado CONTRATADO, com fundamento no processo SEI-270006/003470/2024 que regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1ª de abril de 2021, e pelos normativos estaduais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico redelog.rj.gov.br/redelog/legislação-licitacoes, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente do instrumento convocatório nº XX/XX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de Cardioversor / Desfibrilador de Transporte e Eletrodos**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos deste Contrato.

1.2 Objeto da contratação:

LOTE	ITEM	ID SIGA	ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO EM REAIS
ÚNICO	01	185572	DESFIBRILADOR/CARDIOVERSOR, MONITOR: MULTIPARAMETRO (ECG, FREQUENCIA CARDIACA E RESPIRATORIA, SpO2, PNI, TEMPERATURA E CAPNOGRAFIA), COM TRANSMISSAO DE DADOS WI-FI E/OU BLUETOOTH, IMPRESSAO TERMICA E FEEDBACK DO RCP, CARGA: AJUSTAVEL 5-200 J, TENSÃO: BIFASICO, TIPO BATERIA: RECARREGAVEL, REMOVIVEL E BIVOLT, LIMITACAO ENERGIA PAS: 1 ~200 J, TIPO: MARCAPASSO TRANSCUTANEO E CARDIOVERSOR / DESFIBRILADOR DE TRANSPORTE, MODELO: MANUAL E SEMI-AUTOMATICO, QUANTIDADE PA: PAS RIGIDAS EXTERNAS ADULTO E PEDIATRICO, VISOR: DISPLAY LCD, MONITOR:ECG 12 DERIVACOES, FC, OXIMETRIA, FR, PNI, ETCO2, TAMANHO VISOR: 5,5 ATE 8,5 POLEGADAS, ENERGIA DESCARGA: 5 ~ 200 J, TEMPO CARREGAMENTO: ATÉ 10 SEGUNDOS NA CARGA MAXIMA, DESCARGA: AUTOMATICA, TAXA ESTIMULACAO: 30-170 BPM, CARDIOVERSAO SINCRONIZADA E NAO SINCRONIZADA, CORRENTE SAIDA: ESTIMULO DE 0-140 MA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Cód do Item: 6518.019.0026	UNIDADE		RS

02	183213	ELETRODO, TIPO: DESCARTAVEL, FIXACAO: AUTOADESIVA, MODELO: MULTIFUNCAO, CABO: INTERLIGADOS, TAMANHO: ADULTO, COMPATIVEL: CARDIOVERSOR/DEFIBRILADOR, FORMA FORNECIMENTO: PAR Cód do Item: 6515.337.0093	PAR		RS
03	183214	ELETRODO, TIPO: DESCARTAVEL, FIXACAO: AUTOADESIVA, MODELO: MULTIFUNCAO, CABO: INTERLIGADOS, TAMANHO: INFANTIL, COMPATIVEL: CARDIOVERSOR/DEFIBRILADOR, FORMA FORNECIMENTO: PAR Cód do Item: 6515.337.0094	PAR		RS

1.2.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

1.2.2 Importante salientar que os eletrodos (item 2 e item 3) deverão ser compatíveis com o Cardioversor/defibrilador (item 1). Dessa forma, a empresa deverá fornecer itens compatíveis entre si para garantir o bom funcionamento do aparelho. A aquisição de acessórios incompatíveis com o equipamento inviabiliza a utilização do mesmo, transformando-o em inoperante, o que irá comprometer o serviço prestado pelas Diretorias demandantes.

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, contado da data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Contrato e no Decreto nº 48.817, 24 de novembro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA: SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme ite 15.16 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA: PREÇO

5.1 O valor total máximo do Contrato é de R\$ (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA: PAGAMENTO

6.1 O pagamento será realizado à vista, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, após a apresentação da fatura/nota fiscal, devidamente atestada pela administração e consequente entrega e conferência dos itens.

6.2 No caso de o **CONTRATADO** estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro ou, caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de o **CONTRATADO**, em razão de recusa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo **CONTRATADO**.

6.3 A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 20 e 22, XXIII, do Decreto nº 48.817/2023.

6.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o **CONTRATANTE** deverá comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

6.4 O **CONTRATADO** deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento à **Diretoria Geral de Administração e Finanças** situada na Praça da República, nº 45 Centro, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro ou para o endereço eletrônico: **daf.cpeo@gmail.com**.

6.5 Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;

b) se o **CONTRATADO** foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação; e

c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

6.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **CONTRATADO**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5.3 Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **CONTRATADO** a ampla defesa.

6.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.

6.6 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

6.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

6.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7.2 O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

6.8 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.

6.9 O CONTRATADO deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” do parágrafo 1º do artigo 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

6.10 Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo CONTRATADO, ficando vedada a emissão de nota de empenho do CONTRATANTE diretamente aos subcontratados.

6.10.1 A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE

7.1 Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do **CONTRATADO**.

7.2 O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

7.4 Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

7.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5.1 Fica o **CONTRATADO** obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

7.8.1. Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;

b) a partir da data do requerimento do **CONTRATADO**, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.

7.9 Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do **CONTRATADO**, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do **CONTRATADO**, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.10 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

7.11 O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

7.12 O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 São obrigações do **CONTRATANTE**:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o Contrato e seus Anexos.

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3 Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**.

8.1.5 Comunicar ao **CONTRATADO** para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.6 Efetuar o pagamento ao **CONTRATADO** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.1.7 Aplicar ao **CONTRATADO** sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

8.1.8 Dar ciência à Assessoria Jurídica do órgão ou entidade para as providências junto à Procuradoria Geral do Estado, com vistas à adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pelo **CONTRATADO**.

8.1.9 Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1 O **CONTRATANTE** terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 Responder aos eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo **CONTRATADO** no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, admitida a prorrogação motivada, por uma única vez, por igual período.

8.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, na forma do art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** perante terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.13 O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores ou sócios do **CONTRATADO** e o **CONTRATANTE**.

8.1.14 Cumprir as exigências descritas no Termo de Referências, em especial o item 7.

CLÁUSULA NONA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O CONTRATADO deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Entregar o objeto acompanhado, se for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.1.2 Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.4 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.7 Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.8 Manter a regularidade junto ao SICAF.

9.1.8.1 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o **CONTRATADO** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do Contrato.

9.1.10 Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.11 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.13 Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

9.1.15 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.1.16 Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021) (

9.1.16.1 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei 14.133/2021).

9.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

9.1.18 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto do Contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124,II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

9.1.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

9.1.20 Prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.21 Caso o valor do Contrato se enquadre no limite previsto no art. 1º da Lei estadual nº 7.753, de 17 de outubro de 2017, manter Programa de Integridade nos termos da referida Lei e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

9.1.21.1 Caso o **CONTRATADO** ainda não tenha Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente Contrato, na forma da Lei nº 7.753/2017.

9.1.22 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Contrato.

9.1.23 Cumprir as exigências descritas no Termo de Referências, em especial os itens 5.4 e 6.

CLÁUSULA DÉCIMA: GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, conforme item 12 do Termo de Referências.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

11.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

11.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

11.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.5.4 deixar de apresentar amostra;

11.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

11.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

11.1.9 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.10.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.10.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

11.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

11.1.12 praticar ato lesivo previsto no ART. 5º DA IEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.

11.2 O FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1 Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 11.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.2.2 Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 11.1.1 a 11.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 11.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato;

11.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 11.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

11.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

11.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 11.13.

11.2.2.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

11.2.3 Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados os subitens 11.1.2 a 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3.1 Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2 % (dois por cento).

11.3.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 11.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

11.3.3 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato.

11.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de **10%** do valor do Contrato.

11.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

11.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

11.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista no item 11.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário de Estado;

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

11.7 A aplicação de quaisquer das penalidades realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 5.427/2009.

11.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

11.7.2 A defesa prévia do FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO será exercida no prazo de:

- a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.1 e 11.2.2, contado da data da intimação;
- b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 11.2.3 e 11.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

11.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

11.8 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma:

- a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e
- b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

11.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 11.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.10.2 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10.2.1 Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.

11.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Estado.

11.11.1 O FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações do Estado e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

11.12 O CONTRATANTE deverá remeter para o Órgão Central de Logística (SUBLOG) o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

11.12.1 A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

11.13 Caso o valor da multa aplicada seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

11.13.1 A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Estado para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

11.13.2 O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem os arts. 4º e 5º da Lei nº 5.351, de 15 de dezembro de 2008, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria da Dívida Ativa deverá ser consultada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá o **CONTRATANTE** optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;

b) consensualmente, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/2021; e

c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo contratante, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

12.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

12.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) as indenizações e multas.

12.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

12.6 Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

12.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e

12.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021

13.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

13.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024, assim classificadas:

Natureza da Despesa:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

14.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

14.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133/2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na LEI Nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

16.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art.94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art 8º, parágrafo 2º, da Lei nº 12.527/2011, e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do Estado, em atenção ao art. 2º, § 2º, da Lei nº 5.27/2009.

16.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O CONTRATANTE deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em ____ de _____ de 2024.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Elaborado por:

CLAUCIA CONCEIÇÃO COSTA - TEN CEL BM
Coordenadoria de Licitações e Contratos da SEDEC/CBMERJ
Id Funcional: 615575-8

Revisado por:

PHILLIPE NINA BRASIL - CAP BM
Agente de Contratação da SEDEC / CBMERJ
Id Funcional: 5007435-0

